



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

YARA JANNE BELO COSTA

Em busca da democratização do acesso aos museus: estudo do plano museológico do
Memorial dos Povos Indígenas

Brasília, DF
2024

YARA JANNE BELO COSTA

Em busca da democratização do acesso aos museus: estudo do plano museológico do
Memorial dos Povos Indígenas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito
básico para obtenção do título de bacharel em Museologia
pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rose Moreira de Miranda

Brasília, DF
2024

CIP - Catalogação na Publicação

B Belo Costa, Yara Janne.
Em busca da democratização do acesso aos museus: estudo do plano museológico do Memorial dos Povos Indígenas / Yara Janne Belo Costa; orientador Rose Moreira de Miranda. -- Brasília, 2024.
67 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Democratização do Acesso. 2. Plano Museológico. 3. Acesso aos Museus. 4. Memorial dos Povos Indígenas. I. Moreira de Miranda, Rose, orient. II. Título.

YARA JANNE BELO COSTA

**EM BUSCA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS MUSEUS: ESTUDO
DO PLANO MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado por:

Rose Moreira de Miranda

Professora de Magistério Superior da Universidade de Brasília

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Ana Lúcia de Abreu Gomes

Professora de Magistério Superior da Universidade de Brasília

Doutora em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB)

Andréa Fernandes Considera

Professora de Magistério Superior da Universidade de Brasília

Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB)



Documento assinado eletronicamente por **Rose Moreira de Miranda, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/09/2024, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/09/2024, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/09/2024, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11739507** e o código CRC **295AD7F0**.

Referência: Processo nº 23106.081226/2024-04

SEI nº 11739507

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, , Brasília/DF, CEP 70910-900

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.unb.br>

AGRADECIMENTOS

Ao Poder Superior, que há 20 anos vem dando estabilidade ao meu núcleo familiar, e nos aconselhando ter a serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, a coragem para modificar aquelas que podemos e a sabedoria para distinguir umas das outras.

Aos meus pais, Dona Laura e Seu Wilmar, meus irmãos, Igor e Valmir, minhas cunhadas, Jordana e Juliana, e queridos sobrinhos, Gabriel, Arthur, Serena e Maria Tereza, pelo amor, paciência, força e vontade de ser uma pessoa melhor que têm me dado...

Aos amigos, Cilda, Douglas, Danilo, Daniel, Maria Carolina e família, Layo Pereira por sempre me darem uma palavra de incentivo e carinho.

Ao querido corpo docente, Ana Lúcia de Abreu, Deborah Santos, Clovis Britto, Elizangela Carrijo, Silmara Kuster, Andrea Considera, Marijara Queiroz e Luciana Portela, a todos os professores de outras faculdades da UnB com quem tive a fortuna oportunidade de ser aluna, obrigada pelos ensinamentos, elucidações, paciência e entusiasmo com as quais vocês cumprem sua missão.

À Rose Miranda, minha orientadora, que desde as primeiras conversas sobre este trabalho botou muita fé e trouxe à reflexão seu olhar compreensivo, atencioso, metucioso e auspicioso.

RESUMO

Este trabalho examina a democratização do acesso aos museus, destacando o plano museológico como uma ferramenta estratégica crucial para orientar ações de médio e longo prazo. O estudo investiga como análises, estratégias, projetos e iniciativas podem promover a inclusão e o acesso nas instituições museológicas. A pesquisa adota uma abordagem abrangente, incluindo uma revisão bibliográfica, a criação de uma matriz de análise da democratização do acesso em planos museológicos e a aplicação dessa matriz ao plano museológico do Memorial dos Povos Indígenas (MPI). A análise revela práticas assertivas no plano museológico do MPI, voltadas à promoção da democratização do acesso. Os resultados indicam que, apesar de algumas limitações operacionais, o MPI está alinhado com os princípios da democratização do acesso e os implementa de maneira eficaz no contexto museológico.

Palavras-chave: Democratização do Acesso; Plano Museológico; Acesso aos Museus; Memorial dos Povos Indígenas.

ABSTRACT

This work examines the democratization of access to museums. The study emphasizes the museum plan as an essential strategic tool for guiding medium- and long-term actions, incorporating analyses, strategies, projects, and initiatives that promote the democratization of access within museum institutions. The research adopts a comprehensive methodology, including a literature review, the creation of an analysis matrix for the democratization of museum access in museum plans, and the application of this matrix to the museum plan of the Memorial dos Povos Indígenas (MPI). The analysis reveals assertive practices in the MPI museum plan aimed at promoting the democratization of access. The results indicate that, despite its operational limitations, MPI is aligned with the principles of cultural democratization, effectively implementing them within the museum context.

Keywords: Democratization of Access; Museum Plan; Museum Access; Memorial dos Povos Indígenas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Croqui do Memorial dos Povos Indígenas, de autoria de Oscar Niemeyer, sem data.....	26
Figura 2 - Inauguração do MPI, com Cristovam Buarque e Darcy Ribeiro em destaque, 1995.....	28
Figura 3 - Cestas indígenas apreendidas pela Polícia Federal, na Operação Pindorama. Acervo do MPI, 2021. .	29
Figura 4 - Fachada do Memorial dos Povos Indígenas, 2023.....	30
Figura 5 - Berta Ribeiro e os Kadiwéu, Mato Grosso, 1948.....	31
Figura 6 - Planta baixa do Memorial dos Povos Indígenas, sem data.	33
Figura 7 - Reprodução das informações do MPI na plataforma Museusbr, agosto de 2024.	41
Figura 8 - Encontro entre o Primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, a Presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, a Deputada Federal Célia Xakriabá, líderes indígenas e membros dos governos federal e Distrital, 2024.....	42
Figura 9 - Visita guiada por arte-educador participante das ações do programa educativo, em parceria com a ONG Amigos da Vida, 2024.....	47
Figura 10 - Projeto Omombe'u Nhandereko: contação de histórias, contos e mitos indígenas, 2024.	48
Figura 11 - Oficina de imersão em linguagens indígenas promovida pelo MPI como parte da programação da 21ª Olimpíada Internacional de Linguística, 2024.....	48
Figura 12 - Detalhe do pátio interno do MPI, durante visita escolar guiada arte-educador participante das ações do programa educativo em parceria com a ONG Amigos da Vida, 2024.	51
Figura 13 - Apresentação de representantes Terena, do Mato Grosso do Sul, Semana do Índio, 1999.	54
Quadro 1 - Matriz de Análise do Plano Museológico do Memorial dos Povos Indígenas, 2024.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COE	Código de Obras e Edificações do Distrito Federal
CPC	Centro Popular de Cultura
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
Edusp	Editores da Universidade de São Paulo
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
FAC	Fundo de Apoio à Cultura
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOC	Lei Orgânica da Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MPI	Memorial dos Povos Indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PNEM	Plano Nacional de Educação e Museus
PNM	Política Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
RENIM	Rede Nacional de Identificação dos Museus
SAC-DF	Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
SEEC	Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPAC	Subsecretaria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – REFERÊNCIAS PARA A DISCUSSÃO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS MUSEUS E PLANO MUSEOLÓGICO	17
CAPÍTULO 2 – O MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS E SEU PLANO MUSEOLÓGICO	25
<i>2.1 Plano diretor do Museu do Índio de Brasília (1986)</i>	<i>31</i>
<i>2.2 Plano Museológico do Memorial dos Povos Indígenas (2022)</i>	<i>35</i>
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOB A ÓTICA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS MUSEUS	37
3.1 Matriz de Análise	37
A. Programa Institucional	39
A. Programa de Gestão de Pessoas	43
B. Programa de Acervos	45
C. Programa de Exposições	45
D. Programa Educativo e Cultural	46
E. Programa de Pesquisa	49
F. Programa Arquitetônico-Urbanístico	50
G. Programa de Segurança	51
H. Programa de Financiamento e Fomento	52
I. Programa de Comunicação	53
J. Programa Socioambiental	54
L. Programa de Acessibilidade Universal	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXO A – Reprodução da mensagem eletrônica da SECEC sobre o envio do Plano Museológico do MPI	67

INTRODUÇÃO

Desde o meu ingresso no Curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB) por meio das cotas para pretos, pardos e indígenas (PPI), desenvolvi um encantamento pelo campo, principalmente pela Nova Museologia e pelo Patrimônio. Fiquei especialmente intrigada com as dinâmicas entre memória e esquecimento e como esses temas estão atados e em disputa. Esse interesse me levou a buscar disciplinas com enfoque em questões raciais e de gênero. Ao longo dessa jornada, alguns tópicos que me trouxeram inquietações foram a exclusão espacial e a disparidade no acesso ao capital cultural, problemas que são extremamente marcantes no Distrito Federal. Outra área que me trouxe fascínio foi a de conservação/restauro, incluindo o trato com a materialidade e suas especificidades nas diversas tipologias de acervo, além de demandas mais técnicas, como acondicionamento, climatização, singularidades nas edificações, até as questões mais amplas, como os aspectos urbanos que as cercam, abrangendo os traços culturais, históricos, políticos e climáticos das macrorregiões.

Em minhas andanças, procurei me envolver com as expressões culturais periféricas que estavam ao meu alcance. Tive a oportunidade de passar um período de recesso acompanhando as atividades da Associação de Amigos do Centro Histórico de Planaltina, onde fui muito bem recebida por Simone Macedo. Também acompanhei algumas atividades no projeto Jovem de Expressão e na Casa Akotirene, na Ceilândia, além de outras no Complexo Cultural e no extinto Espaço Imaginário, em Samambaia, região administrativa onde resido. Em todas essas localidades, pude observar o cotidiano e trocar ideias com diversos agentes e artistas, o que, sem dúvida, me proporcionou valiosas reflexões.

O tema deste trabalho começou a se delinear no componente curricular “Seminário em Museologia 1”, com o conteúdo voltado para “estatísticas de museus”, ministrada no primeiro semestre de 2023 pela professora doutora Rose Moreira de Miranda. Essa disciplina proporcionou uma rica ponderação sobre a importância da pesquisa quantitativa como forma de dar visibilidade às diversas carências e avanços no âmbito do acesso aos museus. A partir deste ponto, surgiram em mim algumas indagações sobre as ações que os museus podem empreender para ampliar o acesso e como eles refletem sobre seus públicos potenciais.

Nas disciplinas “Estágio Supervisionado 1” e “Estágio Supervisionado 2”, tive a oportunidade de participar do ciclo completo de aplicação, consolidação e análise preliminar dos dados da pesquisa de públicos em museus da Secretaria de Estado de Cultura Criativa e Economia Cultural (SECEC): o Centro Cultural Três Poderes - Espaço Oscar Niemeyer e o Memorial dos Povos Indígenas (MPI). Essas ações foram realizadas por meio do Acordo de

Cooperação Técnica (ACT) denominado "Educação em Contextos Culturais: museus e intersubjetividades", firmado entre a UnB e a SECEC. Minha participação nessas pesquisas ampliou minha compreensão sobre a correlação entre os dados coletados e as práticas que podem ser adotadas no cotidiano dos museus, além de aprofundar minha reflexão sobre ações que podem modificar ou conformar a oscilação entre a inclusão e a exclusão da população em espaços museais.

No primeiro levantamento de produção acadêmica que realizei para o meu projeto, desenvolvido na disciplina "Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso", utilizei os termos "estatísticas" e "análise de dados estatísticos em museus". Verifiquei a incidência de estudos de público na legislação museal e, inicialmente, minha intenção era conduzir uma pesquisa de público como trabalho de conclusão de curso (TCC). No entanto, adotar essa metodologia, que inclui a elaboração de questionário, submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB, aplicação da pesquisa, consolidação e análise de dados, ultrapassaria o tempo de um semestre letivo, período necessário para a conclusão de um TCC. Após refletir sobre o foco da minha curiosidade dentro dos estudos de público e uma forma exequível de abordar o tema, decidi investigá-lo no contexto do plano museológico.

Dessa forma, o tema central do estudo passou a ser a ampliação do acesso aos museus. Como o termo "acessibilidade" é usualmente aplicado em relação à Pessoa com Deficiência (PcD), em várias áreas do conhecimento, incluindo a Museologia, optei por explorar a "democratização do acesso". Esse conceito está amplamente reconhecido no que diz respeito à acessibilidade econômica, informacional, emocional e cultural. No entanto, a pesquisa bibliográfica que realizei resultou em um número limitado de produções na área de museus.

Durante a investigação, percebi que além da "democratização do acesso", os termos "cidadania cultural" e "democracia participativa" surgiram com frequência. A distinção entre "democratização do acesso à cultura" e "democratização cultural" se mostrou particularmente instigante, desafiando a análise teórica. Outra questão emergente foi a definição e mensuração da efetividade dos mecanismos destinados à democratização do acesso à cultura e aos museus.

Esses indicadores começaram a ser aplicados em 2004, com o lançamento do "Sistema de Informações e Indicadores Culturais" (SIIC), fruto da parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Cultura (MinC). Atualmente, com 6 edições publicadas, o SIIC visa dar acesso a uma base de dados sobre o setor cultural, fomentando estudos, pesquisas e publicações, além de fornecer subsídios para o planejamento estratégico. O sistema abrange estatísticas sobre a produção de bens e serviços, gastos familiares e governamentais, bem como características da população envolvida no setor.

Outro importante instrumento é o “Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais” (SNIIC). Criado em 2013, o SNIIC é uma ferramenta de coleta, armazenamento e difusão de dados culturais, integrando diversas bases de dados dos setores público e privado. Este sistema abrange informações sobre bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes culturais, programas e instituições. Seus conceitos centrais incluem "usuário informante", "agente cultural" e "objeto cultural". Com o objetivo de otimizar o uso de dados abertos e promover a participação cidadã, foi desenvolvida a plataforma de software livre "Mapas Culturais", que facilita o cadastro, a filtragem de buscas e a navegação.

A publicação “Museus em Números”, resultado de quatro anos de pesquisa por uma equipe multidisciplinar composta por especialistas em Museologia, Estatística, Geografia, Antropologia, Sociologia, História, Pedagogia e Jornalismo, representa um marco na cartografia do campo museológico brasileiro. Baseada no Cadastro Nacional de Museus, essa obra, lançada em 2011, oferece uma análise detalhada de dados institucionais, acervos, acesso, serviços, características físicas dos museus, segurança patrimonial, recursos humanos e orçamento. As informações fornecidas serviram de parâmetro para o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Museus (Ibram, 2011b).

Também em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) lançou o “Guia dos Museus Brasileiros”, uma publicação que oferece informações sobre localização, serviços e caracterização dos museus (Ibram, 2011a). Dois desdobramentos relevantes e complementares a essas iniciativas são o Formulário de Visitação Anual e o Registro de Museus, ambos lançados em 2013, que culminaram na criação da “Rede Nacional de Identificação dos Museus” (RENIM). Essa rede posteriormente criou a plataforma "MuseusBr", que serve como um mecanismo contínuo de atualização e monitoramento dos dados museológicos no Brasil.

Quanto à escolha da instituição foco deste estudo, ao longo da graduação tive algumas oportunidades de pesquisar e escrever sobre o Memorial dos Povos Indígenas em diferentes disciplinas. A instituição sempre me chamou atenção por sua temática, história, propósitos e arquitetura, além das figuras emblemáticas envolvidas na criação deste museu, como Berta Ribeiro, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer. O Memorial é um local importante para a discussão sobre a democratização da cultura, sendo relevante no contexto museológico brasileiro, como um exemplo importante do pensamento e da prática da Etnomuseologia¹, gerido por lideranças

¹ (...) abordagens contemporâneas em museologia para o fortalecimento do diálogo intercultural com povos indígenas, considerando as dimensões sociopolíticas e éticas da construção, coleção, preservação e valorização dos seus patrimônios culturais [...] Esta abordagem objetiva enriquecer o campo da museologia com categorias indígenas relativas aos objetos culturais, materiais e imateriais. A etnomuseologia também faz reflexões críticas sobre os diversos processos culturais que ‘fazem patrimônio’, contextualizando sempre as coleções, a sua

indígenas há alguns anos. Outro ponto fulcral é o papel do museu na disseminação da cultura indígena, sendo essa uma das matrizes da formação étnico-racial brasileira, além de ser um polo relevante na capital do país para demandas políticas das populações indígenas. Essas questões serão mais aprofundadas adiante no texto, especialmente no subcapítulo dedicado ao Plano Diretor de Berta Ribeiro.

Como anteriormente informado, em outubro de 2023, tive a oportunidade de participar da Pesquisa de Públicos dos Museus da SECEC, coordenada pelas professoras Rose Moreira de Miranda, Ana Lúcia de Abreu Gomes e Maria Paz Josetti Fuenzalida, no MPI. Durante quatro semanas, observei de perto o funcionamento do museu, além de ter a oportunidade de ouvir as opiniões de visitantes e colaboradores da instituição.

Este TCC fundamenta-se na compreensão de que o plano museológico, na contemporaneidade, é a principal ferramenta estratégica para orientar as ações a médio e longo prazo. É nele que devem ser incorporadas às análises, estratégias, projetos e atividades que contribuem para a democratização do acesso aos museus.

O estudo se encaixa no Eixo Curricular 1 do Curso de Museologia, “Teoria e Prática Museológica”, que abrange disciplinas de conteúdos teóricos e práticos voltados para a Museologia, a Teoria Museológica, a Pesquisa Museológica e a Museografia. A Museologia tem no “fato museal” seu propósito, que opera por meio de uma relação dialógica entre os objetos, os seres e o cenário. Compete à/ao museóloga/o a oportunidade de selecionar, descrever, preservar e comunicar os objetos museais, por vezes remodelando cenários. O ciclo de uma boa comunicação museológica ocorre na apreciação e retroalimentação contínua entre emissores e receptores, que sendo heterogêneos e afetados por fatores extrínsecos, exigem do campo da pesquisa museológica o uso de métodos investigativos que abarque múltiplos agentes e variáveis, explicitem as circunstâncias da comunicação e desenvolvam mecanismos para ampliar o acesso.

A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica para examinar a literatura existente em dois aspectos: a democratização do acesso aos museus, com foco na sua aplicação na Política Nacional de Museus (PNM), e o plano museológico como ferramenta de

história, os seus modos de aquisição, a salvaguarda e a exposição de peças. Essa abordagem também revisita os valores e significados atribuídos aos objetos, via as relações singulares que cada povo mantém com eles. Portanto a etnomuseologia exige parcerias efetivas entre povos indígenas e instituições museais. Além de considerações museológicas, o enfoque do ‘perspectivismo ameríndio’ (Viveiros de Castro, 1996) na teoria antropológica brasileira alimenta novas abordagens sobre o patrimônio cultural indígena (Andrello, 2006a) e um olhar crítico sobre a relação entre ‘sujeito e objeto’, postulada como ‘natural’ dentro da epistemologia ocidental (Fausto, 2008; Santos-Granero, 2009) (Shepard et al, 2017).

planejamento estratégico. Além disso, foi realizado um estudo de caso detalhado no Memorial dos Povos Indígenas, com o intuito de compreender sua trajetória histórica e realizar uma análise documental abrangente do plano museológico, identificando objetivos, estratégias e medidas relacionadas à democratização do acesso aos museus, para isso foi desenvolvida uma matriz de análise.

O objetivo geral desta pesquisa é examinar a integração dos princípios de democratização do acesso aos museus no plano museológico do Memorial dos Povos Indígenas.

Os objetivos específicos são:

- a) apresentar a conformação da “democratização” na legislação do campo museal.
- b) descrever o desenvolvimento histórico do plano museológico no Brasil, ressaltando sua importância como instrumento estratégico;
- c) traçar a trajetória histórica do Memorial dos Povos Indígenas, destacando seus dois principais instrumentos de planejamento estratégico;
- d) analisar criticamente o plano museológico do MPI à luz dos princípios da democratização do acesso, aplicando a matriz de análise desenvolvida.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos, além da Introdução, Considerações Finais e Referências. O primeiro capítulo oferece uma revisão de literatura sobre democratização, e explora a aplicação desse conceito nos dispositivos legais e normativos da Política Nacional de Museus. Adicionalmente, o capítulo traça um panorama histórico do desenvolvimento do plano museológico no Brasil, destacando sua relevância como ferramenta estratégica. O segundo capítulo é dedicado à análise da história do Memorial dos Povos Indígenas, focando nos dois principais instrumentos de planejamento estratégico desenvolvidos: o primeiro, realizado em 1986 por Berta Ribeiro, e o plano museológico de 2022, desenvolvido pela consultora Ana Ramos Rodrigues Castro. O terceiro capítulo investiga e analisa criticamente o plano museológico do MPI sob a perspectiva da democratização do acesso aos museus, identificando como esses princípios são incorporados e aplicados na prática museológica da instituição.

CAPÍTULO 1 – REFERÊNCIAS PARA A DISCUSSÃO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS MUSEUS E PLANO MUSEOLÓGICO

Considerando o foco de nossa investigação, examinamos a apropriação do conceito de democratização do acesso aos museus na Política Nacional de Museus (PNM), lançada em 2003 durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sob a gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil. Este documento é estruturado em três seções principais: as bases da Política Nacional de Museus, o Programa de Formação e Capacitação em Museologia e o Cadastro de Instituições Museológicas.

Na PNM, o objetivo geral é destacar o patrimônio cultural brasileiro como um dispositivo crucial de inclusão social e cidadania, ressaltando a diversidade social, étnica e cultural brasileira. O conceito de democratização do acesso aos museus é adotado já no primeiro princípio norteador, que visa a “democratização das instituições e do uso dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais”. Este princípio é central para o estabelecimento e a consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio, da memória social e dos museus.

A PNM delinea 7 eixos programáticos, sendo o segundo intitulado “Democratização e acesso aos bens culturais”. Entre as ações destacam-se:

- A. Criação de redes de informação para museus e seus profissionais, com a finalidade de democratizar o conhecimento produzido.
- B. Estímulo e apoio aos processos de gestão participativa, incluindo a definição de temas e conteúdos expositivos.
- C. Desenvolvimento de mecanismos para informatização e disponibilização dos acervos museológicos.
- D. Criação de programas para uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea.
- E. Apoio à publicação e difusão da produção editorial específica dos museus e da Museologia
- F. Apoio às ações que objetivem a “democratização do acesso aos museus” e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público.
- G. Medidas de cooperação técnica e de socialização de experiência, incluindo a promoção de gestão e curadorias participativas nas instituições museais, abrangendo visitas orientadas, elaboração de material didático, desenvolvimento de serviços educativos, inventários participativos e formação de equipes e projetos.
- H. Implementação de mecanismos para a exteriorização dos acervos, como o uso de

meios digitais, o desenvolvimento de programas educativo-culturais, a circulação de exposições e a formulação de políticas de comunicação voltadas ao público (MinC, 2003).

O tema da democratização do acesso é também claramente abordado no Eixo 6, intitulado "Financiamento e Fomento para Museus." Este eixo enfatiza a necessidade de aperfeiçoar a legislação de incentivo fiscal com o objetivo de promover a “democratização e uma distribuição mais equitativa dos recursos destinados ao patrimônio cultural musealizado” (MinC, 2003).

A segunda parte do documento, dedicada ao Programa de Formação e Capacitação em Museologia, destaca a importância da dimensão social e educativa dos museus na elaboração dos programas de capacitação e formação. A democratização do acesso é abordada como um componente essencial do processo museológico, entendido como um projeto construído de forma aberta, destinado a formar sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, decidir ou romper. O documento define tanto os museus quanto o campo da memória como fóruns vitais para a inclusão social e a "democratização dos bens, da ação e da produção cultural". (MinC, 2003)

Além disso, o documento menciona consultas realizadas com instituições museológicas, associações e outras entidades representativas para a discussão e construção da PNM. Um dos principais desafios identificados em relação à democratização do acesso foi a ausência de uma política editorial que permita uma transmissão mais ágil de ideias e a "democratização do conhecimento e das experiências museológicas" (MinC, 2003).

Outro ponto interessante, intimamente ligado à temática da democratização do acesso aos museus neste segmento da PNM, é a proposição de estratégias operacionais, subdivididas por níveis hierárquicos. Entre as estratégias a serem implementadas em colaboração com o Ministério da Cultura (MinC), destacam-se:

- Propor ao Ministério da Educação a inclusão da disciplina "Educação Patrimonial" nos currículos dos ensinos fundamental, médio e superior, e promover a capacitação de pessoal para ministrar essa disciplina, em parceria com o MEC.
- Capacitar os profissionais dos setores educativos dos museus, incluindo coordenadores e professores, para a elaboração de projetos conjuntos entre museus e escolas, treinando-os para o planejamento e a execução de projetos com foco no patrimônio cultural.

Nas estratégias a serem desenvolvidas em parceria com as secretarias de cultura nos estados e municípios, a proposta inclui a promoção cursos de capacitação para voluntários dos museus, envolvendo pessoas de diferentes faixas etárias das comunidades locais onde os museus estão situados (MinC, 2003).

Em seguida, investigamos a presença dos termos “democratização” e “democratização do acesso” nos dispositivos legais e normativos do campo museal, identificando ações que refletem esse paradigma. No Estatuto de Museus (Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009) e em seu normativo regulador, o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, o tema é abordado de maneira significativa. O Estatuto de Museus dedica o capítulo II, subseção II, ao estudo e à pesquisa educativa. Já a subseção III trata da difusão da cultura e do acesso, demonstrando um compromisso claro com a democratização no contexto museológico.

O Decreto 8.124 destaca, no inciso V do artigo 3º, a responsabilidade do Ibram em elaborar, divulgar e manter atualizadas recomendações técnicas relacionadas a estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas, com o objetivo de assegurar a qualidade do funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes e usuários. Além disso, no título III, capítulo II, artigo 23, inciso f, a pesquisa sobre processamento e disseminação de informação é enfatizada, incluindo linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia e história institucional.

O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2010/2020 aborda a democratização cultural no Eixo III, que trata da cultura, cidade e cidadania, destacando diretrizes como a democratização do conhecimento (Diretriz II), a função social e a relação museu-comunidade (Diretriz IV) e as políticas públicas de democratização do acesso (Diretriz VIII). O documento também menciona temas transversais, como educação e ação social, comunicação e exposição (Ibram, 2010).

Na Política Nacional de Educação Museal (PNEM), o Eixo II, que trata de profissionais, formação e pesquisa, enfatiza a necessidade de promover diagnósticos, estudos de público e avaliações em colaboração com outros setores dos museus, para verificar o cumprimento da função social e educacional dessas instituições. O Princípio IV do mesmo documento sublinha a importância de considerar as características institucionais e os diversos públicos dos museus, destacando o papel dessas instituições na promoção da cidadania, especialmente no Eixo III, que aborda a relação entre museu e sociedade (Ibram, 2018).

Considerando que o Memorial dos Povos Indígenas está localizado em Brasília, examinamos também os normativos legais da área da Cultura no Distrito Federal no que tange à democratização. A Lei Complementar nº 934, de 7 de dezembro de 2017, que institui a Lei

Orgânica da Cultura (LOC) e regula o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal (SAC-DF), aborda a democratização do acesso em seu art. 3º. O SAC-DF adota como princípios a equidade social e territorial de acesso e acessibilidade aos bens, serviços e meios de produção cultural (inciso II), e a ampliação e democratização dos processos de participação e controle social na formulação, execução e avaliação das políticas culturais (inciso VIII). O art. 4º descreve os objetivos do SAC-DF, entre eles a ampliação do acesso da população e a efetivação dos direitos culturais, com atenção especial à população em situação de vulnerabilidade social (inciso X), além de estimular a pesquisa, a sistematização de dados, a formulação de indicadores, a documentação e a difusão de informações culturais (inciso XIV). O art. 7º define os deveres da coordenação do SAC-DF, incluindo a gestão de sistemas de informações e o compartilhamento de dados (inciso IV), enquanto o art. 8º, inciso V, prevê o desenvolvimento e disponibilização de dados, informações e indicadores através do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC-DF), necessários para embasar políticas de fomento e incentivo às artes, bem como o desenvolvimento dos sistemas culturais (Distrito Federal, 2017).

Quanto aos museus, a LOC estabelece, no título I, sobre a estrutura e princípios do Sistema de Arte e Cultura, capítulo IV, que o sistema de museus do Distrito Federal é coordenado pelo Museu Nacional da República em conjunto com a Secretaria de Cultura, com a finalidade de implementar políticas de integração e fomento aos museus no Distrito Federal. O Anexo Único do Plano de Cultura inclui eixos, diretrizes e ações relacionadas à cultura, educação e novos públicos (alínea II), difusão, promoção e internacionalização da cultura (alínea V) e identidade, cidadania e direitos culturais (alínea VII) (Distrito Federal, 2017).

Adicionalmente, a Rede Integra Cultura, instituída pela Portaria Conjunta nº 5, de 28 de julho de 2020, também desempenha um papel importante, estabelecendo a coleta de dados, sistematização de informações, promoção de estudos e formulação de indicadores para orientar a atuação do SAC-DF com base nas metas definidas no Plano de Cultura do Distrito Federal (Distrito Federal, 2020).

A primeira publicação em português no território nacional sobre a temática de planejamento estratégico para museus resultou da tradução em 2001 do volume 1 da série “Museologia: Roteiros Práticos”. Esta série é uma iniciativa conjunta da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), Fundação Vitae e *Museums & Galleries Commission* da Grã-Bretanha, representando uma contribuição significativa para o “fortalecimento das instituições museológicas, dos cursos de formação profissional e das políticas governamentais” (Edusp, 2024).

O volume intitulado “Plano Diretor”, de caráter prático, destina-se aos profissionais envolvidos no processo de elaboração de planos diretores, sendo um instrumento imprescindível para uma boa administração e segurança de museus. Esse documento visa equilibrar os diferentes setores da instituição, garantindo a eficiência das variadas responsabilidades técnico-científicas relacionadas à salvaguarda e comunicação dos acervos (Davies, 2001).

Em 2004, na ocasião do 1º Fórum Nacional de Museus em Salvador - BA, foi oferecido o minicurso “Projeto Museológico”, ministrado pelos museólogos Rose Moreira de Miranda e Mario de Souza Chagas. A ementa do curso incluía:

(...) fornecer orientações gerais sobre a elaboração e implantação do Plano Museológico, peça fundamental para a gestão de um museu. Além de abordar inicialmente os conceitos de museu e de Museologia, e o próprio conceito de **Plano Museológico**, o minicurso ressaltou sua metodologia e suas fases fundamentais, que incluem a identificação da missão institucional, das finalidades, dos valores, das metas, das funções, do público potencial e dos parceiros institucionais, entre outros. Foi ressaltada a importância da utilização de instrumentos permanentes de avaliação e o diálogo entre o Plano Museológico e a Política Nacional de Museus. Foram tratados ainda os modelos de documentos reguladores, tais como ata de fundação, decreto de criação, estatuto, regimento interno, além dos códigos de ética do Conselho Federal de Museologia e do Conselho Internacional de Museus (MinC/IPHAN/DEMU, 2004, p. 51, grifo nosso).

Portanto, embora a expressão Plano Museológico não compusesse o título do minicurso, estava presente na ementa, representando a primeira vez em que o instrumento foi apresentado formalmente no Brasil (Miranda, 2023).

No que tange à legislação atinente ao Plano Museológico, o primeiro instrumento normativo foi desenvolvido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela gestão da Política Nacional de Museus. Trata-se da Portaria Normativa nº 1 do IPHAN, de 5 de julho de 2006, que dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto.

Em seu art. 1º, são estabelecidos os parâmetros gerais para a organização da gestão das instituições museológicas sob sua gerência e conceitua o Plano Museológico como “ferramenta básica do planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para identificação da missão da instituição e para a definição do ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada um de suas áreas de funcionamento” (IPHAN, 2006).

O documento aborda ainda o caráter político, técnico e administrativo do plano museológico, caracterizando-o como instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade (IPHAN, 2006).

A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, traz o conceito de Plano Museológico em seu artigo 45, com algumas alterações em relação à Portaria do IPHAN, compreende-o como:

(...) ferramenta básica de planejamento estratégico de sentido global e integrador indispensável para identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma das suas áreas de funcionamento bem como fundamental a criação ou a fusão do museu, constituindo instrumento fundamental para sistematização do trabalho interno e para atuação dos museus na sociedade (Brasil, 2009).

A Lei estabelece ainda que é dever de todos os museus brasileiros, públicos e privados, elaborar e implementar o Plano Museológico. Adicionalmente, são estabelecidos itens complementares para a definição da missão básica e da função museológica: o diagnóstico participativo da instituição, a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, a identificação dos públicos a que se destina os trabalhos e os serviços dos museus e elenca os programas que devem estar inclusos em cada Plano (Brasil, 2009).

Por conseguinte, o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 aborda em seu artigo 23 os programas que devem ser incluídos nos planos museológicos. Esses programas podem ser agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades de cada museu. O normativo detalha os 11 programas obrigatórios que cada plano museológico deve conter. Além disso, declara que projetos e ações relativas à acessibilidade universal devem ser explicitados em todos os programas ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento. O conteúdo mínimo de cada programa abrange:

- a) institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.
- b) de gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;
- c) de acervos - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;
- d) de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;

- e) educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;
- f) de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;
- g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;
- h) de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;
- i) de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;
- j) de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e
- k) sócio-ambiental [sic] - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental (Brasil, 2013).

Em 2016, atendendo à obrigação legal estabelecida no Decreto 8.124/2013, de elaborar recomendações técnicas relacionadas ao plano museológico, o Instituto Brasileiro de Museus publicou a obra “Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos”, com o propósito de apoiar a geração de conhecimento na área. Ela auxilia na formação e na qualificação de profissionais e estudiosos do campo museológico, além de divulgar as normas e procedimentos essenciais para a gestão e o planejamento dos museus (Ibram, 2016, p. 2).

Para complementar esses esforços, o Ibram oferece o curso online "Plano Museológico: Planejamento Estratégico para Museus". Com uma carga horária de 40 horas, o curso está disponível na plataforma da Escola Virtual da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/237>). Ele é direcionado a profissionais que já atuam em museus ou que desejam ingressar nesse campo.

Em termos normativos, o Ibram emitiu a Instrução Normativa nº 3, de 25 de maio de 2018, que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para elaboração dos Planos Museológicos pelos museus sob sua administração. Este instrumento foi posteriormente revogado pela Resolução Normativa do Ibram nº 2, de 23 de julho de 2021.

De acordo com a Resolução, os museus administrados pelo Ibram devem elaborar seus planos museológicos alinhados com a Política Nacional de Museus, a legislação museológica

vigente, o mapa estratégico da Autarquia, bem como as diretrizes e as orientações publicadas pelo Ibram e seus respectivos regimentos internos. O documento deverá conter as seguintes estruturas: caracterização, planejamento conceitual, diagnóstico e programas (Ibram, 2021).

Nos instrumentos normativos descritos, a democratização do acesso aos museus se manifesta em vários aspectos. Destaca-se o caráter participativo que o diagnóstico institucional deve assumir, recomendando-se a participação de colaboradores externos, especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores. Também é enfatizado o princípio da universalidade de acesso, acessibilidade universal e ações educativas que visam ampliar o acesso aos museus. Além disso, os museus são incentivados a estimular a participação sistemática da comunidade, como associações de amigos, voluntariado ou grupos de interesse especializado, e do público, oferecendo espaços para a instalação de estruturas associativas, criação de serviços de acolhimento, formação e gestão, assegurando benefícios mútuos. Em relação às competências do Ibram, a elaboração, divulgação e atualização de recomendações técnicas relacionadas a estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas a serem realizadas pelos museus, com o objetivo de melhorar o funcionamento e o atendimento aos visitantes e usuários, reflete claramente a temática da democratização.

Portanto, os principais aspectos do Plano Museológico incluem, primeiramente, a formalização do documento, denotando o compromisso institucional e servindo como instrumento para consulta e monitoramento das ações realizadas. Em seguida, prevê-se um planejamento a médio prazo. Embora não haja uma definição de abrangência na jurisprudência, entende-se que o Plano contemple o período de 4 a 5 anos. A organização dos programas é essencial, sendo os 11 programas previamente citados que se relacionam diretamente com as funções e áreas de atuação de cada museu. Por fim, os projetos, representam as formas de implementação dos programas, ou seja, a dimensão operacional e tática do plano museológico.

Além das ações realizadas pelo órgão público federal, o tema do plano museológico tem sido objeto de trabalhos acadêmicos (Vilhena, 2017; Cogan, 2012; Lima, 2014; Felipeto, 2016; Borges, 2022; Grezele, 2019), artigos (Costa, 2023; Saladino, 2019; Francisco & Morigi, 2013; Cutrim & Carvalho, 2014) e outras publicações de cunho orientador, como é o caso de “Museu: criação e gestão”, de Paula Nunes Costa (2015) e “Orientações para a gestão e planejamento de museus”, de Manuelina Maria Duarte Cândido (2014).

CAPÍTULO 2 – O MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS E SEU PLANO MUSEOLÓGICO

A descrição dos eventos que suscitaram a criação do Memorial dos Povos Indígenas, apresentada neste capítulo, fundamenta-se predominantemente no documento técnico de caracterização do museu, presente no plano museológico desenvolvido em 2022 por Ana Ramos Rodrigues Castro. Detalhes adicionais deste plano serão abordados na seção posterior deste estudo.

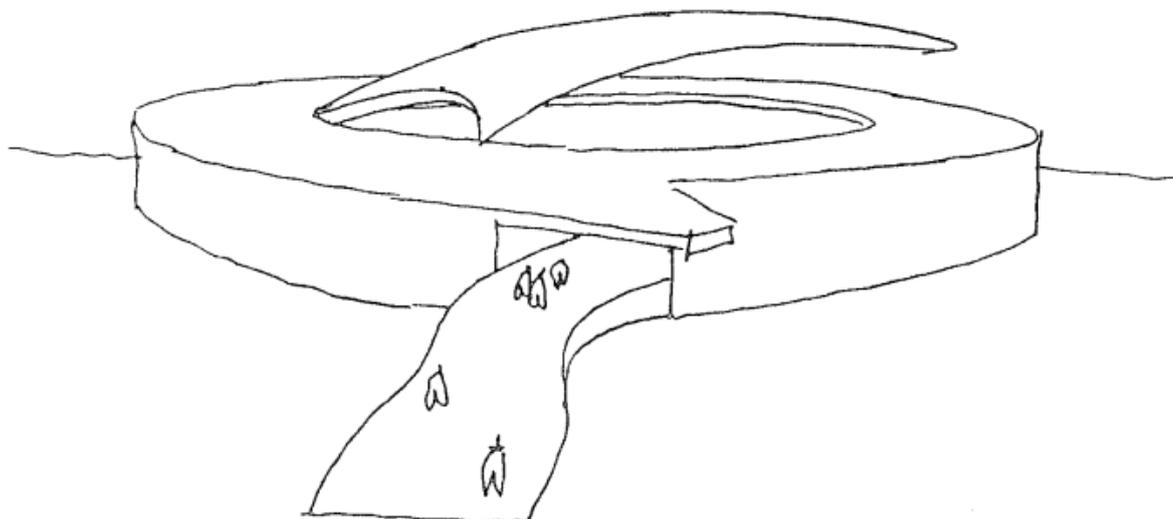
Dedicado à promoção, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas brasileiros, o MPI foi idealizado pelos antropólogos Berta e Darcy Ribeiro e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1987, em um terreno doado pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)². Devido à sua beleza arquitetônica e localização privilegiada na área central da capital, no Eixo Monumental Oeste, o edifício tornou-se alvo de intensas disputas políticas.

O primeiro projeto para a criação do MPI foi coordenado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), na década de 1980. A ideia original era transferir o acervo do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro, para Brasília a fim de fornecer suporte técnico-científico à política indigenista de preservação de bens culturais e de conhecimento historiográfico dos povos indígenas brasileiros, além de guarnecer a capital do país com um centro de referência das tradições nativas para a população.

Posteriormente, foi instituída uma comissão federal para estudar a criação do Museu, incluindo a definição de sua localização e justificativas para sua implementação. Uma segunda comissão foi criada, no âmbito da FUNAI, com a finalidade de dirigir a construção do futuro Museu do Índio em Brasília. Composta por dois comitês, o Comitê de Honra e o Comitê Executivo, essa comissão definiu que o financiamento da edificação seria realizado com recursos próprios, e que o projeto arquitetônico ficaria a cargo de Oscar Niemeyer. O arquiteto desenhou o edifício inspirado na maloca Yanomami, conforme ilustrado na Figura 1. No entanto, o projeto desta Comissão acabou ficando apenas no papel.

²A Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) é uma empresa pública do Governo do Distrito Federal que tem como principal objetivo a “execução, mediante remuneração, das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, compreendendo a utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens” (Terracap, 2013). Em 1997, a empresa passou a “exercer a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal na operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal” (Terracap, 2013).

Figura 1 - Croqui do Memorial dos Povos Indígenas, de autoria de Oscar Niemeyer, sem data.



Fonte: Berta Ribeiro, 1986.

Contudo, a ideia de um espaço cultural indígena, similar aos existentes em outras metrópoles ao redor do mundo, continuou a reverberar. A retomada ocorreu no âmbito distrital, agora liderada pela antropóloga e museóloga Berta Ribeiro. Confirmou-se a cessão do terreno previamente destinado, e o financiamento da obra ficou a cargo da Fundação Banco do Brasil.

As comissões criadas nesse período tinham um caráter técnico-científico, diferenciando-se das anteriores, dotadas de um enfoque burocrático-estatal. Por sugestão de Berta Ribeiro, constituiu-se um Conselho Consultivo do Museu, com representantes da UnB, da FUNAI, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Nacional Pró-Memória, membros da futura Comissão Executiva da União das Nações Indígenas³, além de lideranças e entidades públicas. Berta Ribeiro escreveu o primeiro plano diretor da instituição, detalhando seus objetivos e propostas. O documento é descrito no subcapítulo 2.1 deste trabalho.

Ainda que houvesse algumas movimentações em prol do museu, em 1987, o então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, aspira converter o espaço em um museu de arte moderna de Brasília. Em resposta, houve uma mobilização de artistas, intelectuais e lideranças políticas, incluindo os pajés Sapain Kamaiurá e Preporí Cayabi, que

³ As informações sobre essas comissões são escassas. Não foi possível verificar a existência de membros, atas de reuniões ou ações resultantes de suas atividades. No Plano Diretor de Berta Ribeiro, estão descritas as atribuições do Conselho Consultivo.

realizaram um ritual de proteção do local e em defesa da retomada do espaço. O prédio permaneceu desativado e, em 1989, foi transferido para a esfera federal.

A disputa pelo espaço continuou por quase toda a década de 1990. O então presidente da República, Fernando Collor, apoiava a ideia de um museu de arte moderna e, em 1990, chegou a inaugurá-lo como tal, com uma exposição do artista plástico venezuelano Armando Réveron. No entanto, uma tempestade danificou algumas obras, levando ao fechamento da exposição e do museu.

Dois anos depois, o secretário-geral da Presidência anunciou um plano para transformar a edificação em um museu de arte contemporânea, mas a ideia não se concretizou. As mobilizações e manifestações de lideranças indígenas, artistas e intelectuais continuaram culminando em uma ocupação pacífica do espaço, com a participação dos povos Bakairi, Xavante e Guajajara.

Apesar das ações coordenadas pelos povos originários e seus apoiadores, em dezembro de 1994, foi inaugurado no edifício o Museu de Brasília, com o intuito de revitalizar a memória Candanga. Este museu funcionou até março de 1995. Considerou-se ainda a hipótese de o espaço abrigar a câmara legislativa, mas essa ideia foi descartada em decorrência do tamanho e da arquitetura do edifício.

Em 19 de abril de 1995, Dia dos Povos Indígenas, lideranças Guajajara, Kuikuro, Terena e Xavante realizaram uma cerimônia de posse simbólica do espaço, então denominado Memorial dos Povos Indígenas. Embora não haja documentação formal que registre essa mudança de nomenclatura. No mês anterior, a administração do espaço havia sido devolvida ao Governo do Distrito Federal. Durante a cerimônia de entrega do Memorial, ilustrada na figura 2, que contou com a presença de Darcy Ribeiro, o governador Cristovam Buarque entregou simbolicamente uma tocha, representando uma chave, ao xamã e cacique Sapain Kamaiurá.

Figura 2 - Inauguração do MPI, com Cristovam Buarque e Darcy Ribeiro em destaque, 1995.



Fonte: Arquivo Central AtoM - Universidade de Brasília. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/memorial-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 16 ago. 2024.

No entanto, o Memorial permaneceu fechado e em estado de abandono até 20 de abril de 1997, quando foi reaberto para velar o corpo de Galdino Pataxó, um indígena brutalmente assassinado por jovens moradores de Brasília.

Entre a posse simbólica, em 1995, e a inauguração oficial do Memorial dos Povos Indígenas, em 1999, passaram-se mais de cinco anos. Neste entremeio, ocorreu a implementação e acompanhamento do projeto do novo Memorial, que contou com a instituição de dois grupos de trabalho. O primeiro, de caráter técnico, foi responsável por estudar o projeto museológico e sugerir uma estrutura de funcionamento. O segundo, de natureza política, era composto por representantes do MinC, UNESCO, FUNAI, Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário, Instituto Socioambiental, Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e Comitê Intertribal.

Somente em abril de 1999, o Memorial dos Povos Indígenas começou a funcionar efetivamente.

Atualmente, o MPI é administrado pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC). O museu preserva um acervo composto por milhares de artefatos indígenas, coletados entre os anos 1940 até os dias atuais, além de arquivos e

fotografias. Cerca de 55 povos indígenas estão representados no acervo, a maioria provenientes das regiões Centro-Oeste e Norte do país, com um pequeno conjunto de obras de povos indígenas de outros países da América.

A coleção principal foi constituída com cerca de 380 objetos doados em 1995 ao governador do Distrito Federal pelo casal Berta e Darcy Ribeiro, e inclui contribuições de Eduardo Galvão (coleção do alto Xingu, UnB), Orlando Villas-Bôas e outros estudiosos do campo das pesquisas antropológicas no Brasil. Também há obras adquiridas da loja Artíndia/FUNAI e cerca de 8.000 itens doados pela Polícia Federal à SECEC, apreendidos em 2003 pela operação Pindorama, que combateu o tráfico internacional. Entre esses itens, há material de pesca, colares de dentes de onça, cerâmicas, trançados, entre outros.

Figura 3 - Cestas indígenas apreendidas pela Polícia Federal, na Operação Pindorama. Acervo do MPI, 2021.



Fonte: Instagram do MPI. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CWogbf8IP0B/?img_index=2. Acesso em: 16 ago. 2024.

O edifício do MPI foi tombado pelo IPHAN em 2007 como parte do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto e das obras de Oscar Niemeyer. O Memorial possui dois pavimentos.

O acesso principal é feito por uma larga rampa, que culmina na estátua do índio Anuiá Amary, ilustrada na figura 4. No topo da rampa, à esquerda, está localizado o escritório da equipe do Museu; à direita, a entrada da exposição de longa duração. O espaço inclui uma área circular de 70 metros de diâmetro com grandes janelas para o pátio interno. O percurso circular, com piso em declínio gradual, leva ao miniauditório e ao primeiro pavimento, onde estão os sanitários públicos, salas de serviços gerais, reserva técnica e sala para atividade educativa. Além disso, o pátio interno, em formato de arena, abriga apresentações, palestras, debates e outros eventos.

Figura 4 - Fachada do Memorial dos Povos Indígenas, 2023.



Foto: Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/02/20/segunda-feira-carnavalesca-tem-baratona-e-bloco-dos-prazeres/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

O Memorial dos Povos Indígenas tem a missão de colecionar, preservar, valorizar e divulgar o conhecimento e as expressões dos diversos povos autóctones que habitam o Brasil. Suas atividades destacam as línguas, culturas e produção material, de forma dinâmica e viva. Além disso, o Memorial busca promover a participação indígena por meio de sua integração aos processos curatoriais, do estímulo à produção cultural e da realização de eventos temáticos.

Desde 2019, o ativista David Terena gerencia o MPI, sucedendo a Álvaro Tukano e Mariano Marcos Terena.

2.1 Plano diretor do Museu do Índio de Brasília (1986)

Figura 5 - Berta Ribeiro e os Kadiwéu, Mato Grosso, 1948.



Fonte: Fundação Darcy Ribeiro.

O Plano Diretor, elaborado por Berta Ribeiro em 1986, foi o primeiro instrumento de planejamento do Museu, então denominado Museu do Índio de Brasília. Esse documento projeta a criação, implementação e finalidade da instituição, estruturando-se nas seguintes seções:

- Prólogo
- Histórico
- Temática da exposição inaugural
- Planejamento arquitetônico e programação visual
- A constituição do acervo

- Atividades científicas e educacionais
- Plano de implantação
- Postscriptum
- Referências bibliográficas

Ao longo de todo o documento são abordadas questões cruciais, como o reconhecimento da origem pluriétnica do Brasil, a valorização do legado indígena para a cultura brasileira e a identidade nacional, a urgência de esforços interdisciplinares e interinstitucionais para que as informações sobre as coleções etnográficas sejam de fácil acesso e a importância da integração entre a ação educativa e transformadora dos museus às reivindicações políticas dos povos originários. Do mesmo modo, atravessa por todo o plano, o pensamento museológico que viria a ser chamado de Etnomuseologia.

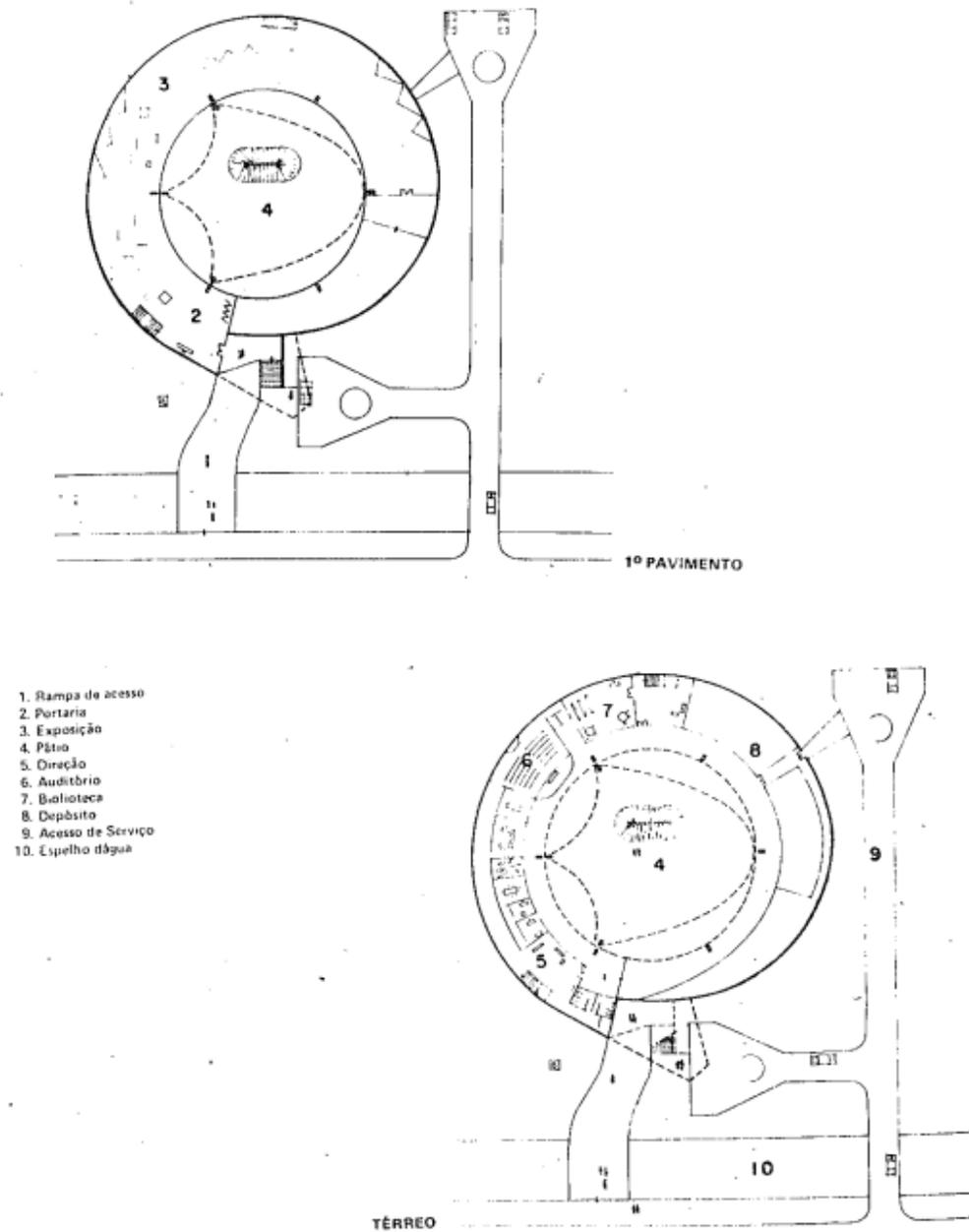
No “Prólogo”, Berta Ribeiro apresenta os propósitos institucionais, destacando a preservação da herança indígena, a recuperação do patrimônio histórico-cultural, a ampliação do conhecimento etnográfico e a luta contra estigmas e discriminação. A autora sublinha também a importância da conscientização sobre a contribuição dos saberes indígenas à cultura brasileira e à identidade nacional. Além disso, critica os procedimentos museológicos tradicionais que se limitam à exibição de objetos dissociados de seu contexto sociocultural e defende o uso de recursos modernos de comunicação audiovisual e a criação de vínculos entre o museu e instituições científicas.

No “Histórico”, a autora apresenta suas experiências acadêmicas no Departamento de Antropologia do Museu Nacional (Rio de Janeiro) e sua trajetória como pesquisadora. Enfatiza um treinamento para a formulação de projetos de exposição, realizado na Cúria do Fórum do Senado Romano (Itália). Destaca, ainda, a atuação de Darcy Ribeiro no projeto de implementação do Museu do Índio (Rio de Janeiro) e no estudo para a criação do Museu do Homem (Minas Gerais), ações que acompanhou de perto. Por fim, menciona a elaboração do projeto de exposição com o acervo da Artíndia, a convite da Fundação Roberto Marinho e em parceria com a Fundação Nacional do Índio.

Na seção “Temática da exposição inaugural”, são descritos os temas centrais da exposição “Índios do Brasil: Cultura e Identidade”, como o Brasil em 1500, a contribuição do índio à cultura brasileira e universal, a reprodução social, a situação dos indígenas no Brasil contemporâneo e a relação dos povos indígenas com a nação. Ao pormenorizar os componentes da exposição, faz uso do conceito ampliado de cultura, conforme utilizado pela UNESCO, e complementa a exposição com um catálogo-guia destinado aos visitantes.

Em “Planejamento arquitetônico e programação visual”, destaca-se a reprodução de imagens da maquete do Museu, realizadas por Gilberto Antunes e, ainda, a planta baixa de Oscar Niemeyer reproduzida na figura 6.

Figura 6 - Planta baixa do Memorial dos Povos Indígenas, sem data.



Planta baixa do Museu do Índio de Brasília e as dependências previstas.

A autora delinea 14 espaços para o museu, cobrindo diversas áreas e funções essenciais para seu funcionamento. Entre os espaços internos, destacam-se aqueles dedicados às atividades finalísticas, como áreas para exposições temporárias, uma reserva técnica, um laboratório fotográfico, uma sala destinada à catalogação e indexação do acervo, além de uma biblioteca especializada. Complementando essas áreas, o planejamento inclui espaços para as atividades meio, montagem de exposições, e áreas voltadas a atividades culturais e ao conforto dos visitantes, como um auditório, um restaurante e um estacionamento.

A proposta arquitetônica tem como premissa evitar o elitismo, e Berta Ribeiro defende o conceito de “desvitrinização” do acervo exposto, com o intuito de promover maior proximidade e melhorar a experiência visual dos visitantes. Entre os espaços notáveis, a “Casa Indígena” merece destaque. Planejada para o ambiente externo, essa área seria concebida como um laboratório educativo. O trabalho delineado nesta seção pode ser caracterizado como um programa de necessidades, que seria submetido ao escritório de Oscar Niemeyer para a devida adequação dos conceitos e das necessidades especificadas.

Na seção “A constituição do acervo”, a autora detalha o processo de coleta do acervo Artíndia, realizado em convênio com a Funai, no Alto Xingu, durante a feira-mostra anual de trocas intertribais, conhecida como *moitarás*. Esse evento possibilitou a confecção espontânea de peças destinadas ao mercado externo. Em seguida, a autora enumera as ações necessárias para a produção de fichas catalográficas e destaca a importância de elaborar um dicionário ilustrado de termos, similar a um thesaurus, visando à uniformização do vocabulário nos museus etnográficos. A autora também antecipa a necessidade de incluir “curadores visitantes”, que seriam especialistas, membros das comunidades indígenas, estudantes e voluntários.

No que tange às condições de aquisição e permuta de acervos, a autora sugere que essas práticas estejam alinhadas aos propósitos institucionais e propõe a celebração de convênios entre museus ou outras instituições, bem como a incorporação de coleções particulares.

Em relação às “Atividades científicas e educacionais”, Berta Ribeiro sublinha a importância do registro do patrimônio ancestral por meio de metodologias normalizadas, desenvolvidas sob a curadoria de especialistas reconhecidos na área cultural. Um ponto adicional de destaque é a organização da reserva técnica de forma a torná-la acessível para consulta, sendo mencionados métodos de catalogação aplicados em arquivos e bibliotecas.

Expõe também detalhes sobre o Projeto Interação Museu/Escola, direcionado aos alunos do primeiro e segundo grau (atual ensino fundamental e médio), cuja principal intenção é combater preconceitos étnico-raciais. O projeto promove reflexões sobre a participação dos povos indígenas na formação histórica e cultural, a sobrevivência e conservação de suas

tradições, bem como o valor histórico e cultural das adaptações ecológicas e do conhecimento da natureza. Como apoio logístico, a autora menciona a necessidade de uma bibliografia especializada, além de setores fotográficos, fílmicos e audiovisuais, e o cadastro da documentação.

Por fim, no “Plano de implantação”, Berta Ribeiro elenca as atribuições e responsabilidades da Comissão Executiva, abordando aspectos físicos, arquitetônicos e museológicos.

2.2 Plano Museológico do Memorial dos Povos Indígenas (2022)

Em 2022, a SECEC estabeleceu uma parceria com a UNESCO para contratar consultores individuais visando desenvolver planos museológicos para as instituições sob sua gestão. De acordo com a museóloga Daniele Pestana, servidora da Secretaria, a iniciativa visava:

(...) instrumentalizar administrativamente os museus com uma ferramenta de gestão – o plano museológico – para permitir o planejamento eficiente das ações de cada unidade museal, conforme preconizado pelas normativas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (ASCOM/SECEC, 2022).

Por meio do Projeto 914BRZ4020 Edital nº 04/2022, foram contratados cinco consultores para desenvolver os planos museológicos dos seguintes museus: Memorial dos Povos Indígenas, Espaço Oscar Niemeyer, Centro Cultural Três Poderes, Museu Vivo da Memória Candanga e Museu do Catetinho. Na época do desenvolvimento desta pesquisa, os planos museológicos não estavam disponíveis nos sites da SECEC ou dos próprios museus. Para acessá-los, a orientadora deste TCC, Professora Rose Moreira de Miranda, encaminhou várias solicitações por e-mail à SECEC em março de 2024, destinadas a diferentes agentes da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC) e à Ouvidoria da Secretaria. Após tentativas infrutíferas, durante uma visita presencial à Ouvidoria da SECEC, foi orientada a realizar a solicitação através da Ouvidoria do Governo do Distrito Federal, utilizando a plataforma eletrônica ParticipaDF (<https://www.participa.df.gov.br>). Em 12 de abril de 2024, o pedido foi integralmente atendido por uma servidora da Assessoria de Acervo da SECEC (Anexo A).

O plano museológico elaborado para o Memorial dos Povos Indígenas inclui uma série de documentos técnicos, que abrangem a caracterização do museu, o planejamento conceitual e um diagnóstico global. Além disso, o plano apresenta programas descritivos e a redação final do documento, juntamente com uma proposta para um sistema de monitoramento periódico. Entregue em novembro de 2022, o plano contou com a consultoria de Ana Ramos Rodrigues

Castro, que possui licenciatura em História, bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e doutorado em Políticas Públicas pela UFRGS.

Este documento foi analisado utilizando a matriz de estratégias de planejamento sob a perspectiva da democratização do acesso aos museus, a qual será discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOB A ÓTICA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS MUSEUS

Esta pesquisa visa investigar a integração dos princípios da democratização do acesso aos museus no plano museológico do Memorial dos Povos Indígenas, ressaltando sua importância crucial para a administração de instituições museológicas. A promoção da democratização do acesso aos museus é realizada por meio do acesso inclusivo e da participação ativa da comunidade na gestão institucional. Para avaliar a aplicação desses princípios, foi desenvolvida uma matriz de análise que examina como os conceitos de democratização do acesso aos museus são incorporados nos programas do plano museológico.

3.1 Matriz de Análise

A matriz de análise detalhada no Quadro 1 foi desenvolvida para servir como um guia de reflexão sobre os mecanismos que podem promover a democratização do acesso aos museus. Durante o desenvolvimento deste trabalho, esses mecanismos se multiplicaram e, devido à sua profunda inter-relação, tornou-se pertinente listá-los. As perguntas norteadoras foram adaptadas do material didático elaborado pela professora Rose Moreira de Miranda para a disciplina FCI0036 - Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos do Curso de Museologia da UnB, que foi distribuído aos estudantes matriculados. Além disso, foram incluídas questões específicas sobre democratização do acesso aos museus, extraídas dos documentos e regulamentos que regem a Política Nacional de Museus.

Para a aplicação da matriz, os programas presentes no plano museológico foram organizados em segmentos identificados por letras de A a L, com cada item sendo numerado, como por exemplo: "A7 - o museu consta no Cadastro Nacional de Museus?". Após essa classificação, foi realizada uma leitura minuciosa do plano museológico do MPI, buscando correspondências com os itens identificados na matriz.

Quadro 1 - Matriz de Análise do Plano Museológico do Memorial dos Povos Indígenas, 2024.

<p>A. Programa Institucional A1. Existe um normativo legal que formaliza a criação do museu? A2. Há um regimento interno estabelecido para o museu? A3. O museu possui um organograma definido? A4. A vocação institucional está claramente definida, incluindo missão, visão e valores? A5. Quais são as ações de articulação e cooperação? A6. O museu consta do Cadastro Nacional de Museus? A7. O museu possui Registro de Museus? A8. Existe um Plano Anual de Atividades para o museu? A9. Possui associação de amigos? A10. Há gestão participativa no museu?</p>	<p>B. Programa de Gestão de Pessoas B1. Existe um programa de capacitação, ou atualização para os/as colaboradores/as? B2. Há um programa de voluntariado? Em caso positivo, como ele é estruturado? B3. Há um sistema para o acompanhamento e avaliação de desempenho dos colaboradores/as? B4. Como é avaliado o clima organizacional da instituição?</p>	<p>C. Programa de Acervos C1. Há uma política estabelecida para a aquisição e descarte de acervos? Em caso positivo, foi realizada de forma participativa e como os conceitos de “democratização”, “diversidade” e “inclusão” são incorporados nesse processo? C2. Existe uma política de acessibilidade para a documentação destinada a pesquisadores/as? C3. Existem planos para a digitalização do acervo com objetivo de disponibilizar as informações na internet? C4. Existe uma necessidade expressa de um/a ou mais colaboradores/as responsáveis pelas ações relacionadas ao acervo?</p>
<p>D. Programa de Exposições D1. O museu identifica temas, assuntos, períodos históricos relevantes, além de tendências e interesses dos públicos para as exposições? D2. Como são incorporados os conceitos de “democratização”, “diversidade” e “inclusão” na curadoria das exposições? D3. Quais indicadores de desempenho são utilizados para a avaliação das exposições? D4. Existe uma necessidade expressa de um/a ou mais colaboradores/as responsáveis pelas ações das exposições?</p>	<p>E. Programa Educativo e Cultural E1. Como as ações são desenvolvidas? Há parcerias para a realização de atividades educativas e culturais? E2. Como são incorporados os conceitos de “democratização”, “diversidade” e “inclusão” nas ações? E3. O museu produz material de apoio para exposições e atividades? Esse material é acessível tanto no formato físico quanto na internet? E4. Existe uma necessidade expressa de um/a ou mais colaboradores/as responsáveis pelas ações educativas e culturais?</p>	<p>F. Programa de Pesquisa F1. O museu realiza contagem de público? Se sim, os dados são enviados ao Ibram? F2. São realizadas pesquisas de público? Há parcerias para a realização de pesquisas? F3. O museu foca em grupos específicos de público? Se sim, quais são esses grupos? F4. As pesquisas realizadas influenciam os planos e atividades do museu? F5. Há iniciativas para atingir o não-público ou o público potencial? F6. Existe uma necessidade expressa de um/a ou mais colaboradores/as responsáveis pelas pesquisas?</p>
<p>G. Programa Arquitetônico-Urbanístico G1. Como o museu se integra ao contexto urbano e à vizinhança? G2. Existem áreas de convivência e descanso para os/as visitantes? G3. Qual a qualidade do conforto ambiental do museu para os/as colaboradores/as e visitantes?</p>	<p>H. Programa de Segurança H1. Quais tipos de emergências são abordados pelo programa de segurança? H2. Há ações de sensibilização para a diversidade de públicos em relação às medidas de segurança?</p>	<p>I. Programa de Financiamento e Fomento I1. Quais são as fontes de financiamento utilizadas pelo museu? Incluem leis de incentivo, associações de amigos, organismos internacionais, entre outros? I2. Existe uma política de gratuidade ou ingresso social? Se sim, como ela é estruturada?</p>
<p>J. Programa de Comunicação J1. Como são gerenciadas a comunicação social e as relações públicas do museu? J2. Como é feita a segmentação do público-alvo nas estratégias de comunicação? J3. Quais são os métodos utilizados para a divulgação de exposições, eventos e atividades? J4. De que forma a missão, os valores e a visão do museu são comunicados ao público? J5. A comunicação interna/externa é exclusiva ou inclusiva?</p>	<p>K. Programa Socioambiental K1. O museu estabelece parcerias com cooperativas de reciclagem? K2. São realizados debates e atividades com foco em temas socioambientais? K3. Como o museu se relaciona com as áreas sociais do entorno? Quais ações sociais são promovidas?</p>	<p>L. Programa de Acessibilidade Universal L1. As instalações seguem o “desenho universal”? L2. Há acessibilidade web? L3. A equipe recebe sensibilização e capacitação sobre acessibilidade e inclusão? L4. Como é o acesso ao museu em termos de embarque/desembarque, transporte público e estacionamento? L5. As instalações do museu incluem rampas, pisos adequados, sinalização tátil, braille e comunicação sonora? L6. Os sanitários são acessíveis e possuem fraldário?</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

A. Programa Institucional

O Memorial dos Povos Indígenas não possui um normativo legal específico (A1) que formalize sua criação. Sua vinculação institucional à SECEC é evidenciada por instrumentos normativos que serão citados ao longo desta análise.

O segundo elemento da matriz de análise é o regimento interno, definido como:

(...) o documento que apresenta um conjunto de normas estabelecidas para regulamentar a organização e o funcionamento do órgão, detalhando os diversos níveis hierárquicos, as respectivas competências das unidades existentes e os seus relacionamentos internos e externos. Define, também as atribuições dos titulares de cargos comissionados. O Regimento Interno é o complemento dos atos normativos que definiram a estrutura administrativa, deve ser aprovado e posto em vigor pelo Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC, 2021).

É relevante destacar que o conceito acima foi extraído da publicação “Manual para Elaboração do Regimento Interno”, publicada em 2021 pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal (SEEC). A consultora Ana Castro, em seu diagnóstico institucional, identificou a ausência de um regimento interno específico para o Memorial (A2). Atribuímos esta lacuna à estrutura organizacional limitada do Museu, que conta apenas com um cargo comissionado, o de gerente. A ausência tanto do regimento interno quanto de uma estrutura organizacional mais ampla resulta, também, na inexistência de um organograma formal (A3).

Na ocasião do desenvolvimento do Plano Museológico, a consultora mencionou que o regimento interno do MPI estava em fase de elaboração, não sendo possível acompanhar o andamento do processo. No entanto, as competências das gerências dos museus da SECEC estão descritas no Regimento Interno da SECEC (Distrito Federal, 2010).

Quanto à sua vocação institucional (A4), o MPI define-se como um espaço simbólico da ancestralidade cultural dos Povos Originários do Brasil, destacando a multietnicidade dessas comunidades. Sua missão é promover a interculturalidade, a representatividade e a pesquisa, mediante a manifestação cultural cosmológica da diversidade dos povos originários do Brasil. Além disso, o MPI busca assegurar os direitos específicos conquistados pela Carta Magna e primar pela valorização, respeito e dignidade desses povos.

A visão do MPI é ser reconhecido como uma referência das memórias dos Povos Indígenas, com ênfase em atividades educativas e culturais, bem como na interação com a sociedade não indígena. Seus valores incluem o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural indígena; transparência, solidariedade, ética, empatia, fraternidade e sustentabilidade;

respeito à diversidade étnica, de gênero, de geração, linguística e à cosmovisão de cada povo; valorização do trabalho coletivo, direitos humanos, cidadania indígena, “alegria prática” e os princípios do bem viver; além da diversidade cultural e da relação harmoniosa com a natureza; história, tradição e pluralidade.

Em relação à articulação e cooperação (A5), existem três principais iniciativas: a primeira com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio do Projeto Territórios Culturais⁴, a segunda com a Associação dos Amigos da Vida, por meio do Fundo de Apoio à Cultura⁵ (FAC) Brasília Multicultural II⁶; e a terceira, uma parceria com a Embaixada do Canadá para o desenvolvimento de um espaço educativo denominado “Sala dos Saberes”.

Dentre as obrigações dos museus públicos e privados estabelecidas no art. 4º do Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, destaca-se:

Art. 4º Compete aos museus, públicos e privados:

I - registrar os atos de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção dos museus no órgão municipal, estadual, distrital, ou, na sua ausência, no IBRAM;

II - inserir e manter atualizados informações:

a) no Cadastro Nacional de Museus, quando cadastrados (Brasil, 2013).

É possível verificar o cumprimento da inserção do museu no Cadastro Nacional de Museus (CNM), na plataforma MuseusBr, mantida pelo Instituto Brasileiro de Museus (A6), conforme registrado na Figura 7. Em consulta realizada em 15/08/2024, constatou-se que o MPI não possui Registro de Museu (A7). Importa ressaltar que o CNPJ vinculado é o da SECEC.

⁴ O projeto Territórios Culturais é uma parceria firmada por meio da Portaria Conjunta nº 05/2019, entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e a Secretaria de Educação do Distrito Federal, na qual disponibiliza professores da rede pública de ensino, mediante seleção por edital próprio, para atuar em espaços culturais e museais no desenvolvimento de ações pedagógicas fundamentadas na educação patrimonial.

⁵ O Fundo de Apoio a Cultura é um instrumento de fomento às atividades artísticas e culturais da SECEC. Os projetos são selecionados via editais públicos e a principal fonte de recurso do Fundo é 0,3% da receita corrente líquida do GDF.

⁶

O FAC Brasília Multicultural II - 2023, contou com 23 linguagens artísticas e culturais, com mecanismos de inclusão de Pcd, reserva de vagas para agentes culturais com 60 anos ou mais e vagas regionalizadas. Os projetos educativos para os museus da Secec constam na categoria Cultura de todo jeito, a outra categoria, Cultura em todo canto, visa descentralizar as atividades artísticas para as regiões administrativas do DF.

Figura 7 - Reprodução das informações do MPI na plataforma Museusbr, agosto de 2024.

museusbr EXPLORAR MUSEUS PAINEL ANALÍTICO RELATÓRIOS E ANÁLISES BLOG SOBRE

MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS – MPI

INÍCIO / MUSEUS / MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS – MPI

Código Identificador Ibram
8.77.20.4390

CADASTRADO
museusbr

O Memorial dos Povos Indígenas – MPI é uma obra singular tanto na sua concepção arquitetônica quanto na sua história. Foi idealizado pelo antropólogo e político Darcy Ribeiro, com a intenção de revelar o que havia de mais original na cultura brasileira: a criatividade indígena. É um espaço que foi criado graças aos constantes esclarecimentos de Darcy Ribeiro sobre a necessidade moral de o governo brasileiro reconhecer a contribuição dos povos indígenas para a formação da nação brasileira e ao mesmo tempo mostrar ao Brasil e ao mundo que as culturas indígenas permanecem vivas e têm muito a ensinar sobre arte, sociedade e preservação do meio ambiente. O prédio em forma de maloca redonda dos índios Yanomami foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e construído em 1987, no Eixo Monumental Oeste próximo à Praça da Buriti, localidade privilegiada de Brasília.

Visite o site oficial

agendamento.mpi@gmail.com

(61) 32441156

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 26/03/2024 TEMÁTICA: ANTRPOLOGIA E ARQUEOLOGIA TIPO: CLÁSSICO/TRADICIONAL

INFORMAÇÕES LOCALIZAÇÃO

Fonte: Plataforma MuseusBr. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/museus/memorial-dos-povos-indigenas-mpi>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Outra carência institucional identificada foi a falta do Plano Anual de Atividades (A8), instrumento regulado no art. 33 do Decreto nº 8.124/2013:

Art. 33. O Poder Público competente estabelecerá um plano anual prévio, fundamentado no plano museológico de cada museu, para garantir o seu funcionamento e o cumprimento de suas finalidades.

§ 1º O plano anual de que trata o caput será denominado Plano Anual de Atividades, e será elaborado pelo museu ou órgão ou entidade a que estejam vinculados museus, no ano anterior à sua vigência.

§ 2º O Plano Anual de Atividades deverá contemplar, no mínimo:

I - as ações a serem desenvolvidas e as metas a serem atingidas no exercício;

II - os recursos orçamentários e financeiros destinados ao funcionamento adequado de cada museu e os investimentos necessários ao seu desenvolvimento, de acordo com a lei orçamentária anual; e

III - os recursos humanos e ações de capacitação (Brasil, 2013).

O MPI não apresenta uma associação de amigos (A9), estrutura que poderia desempenhar um papel fundamental na promoção da democratização e inclusão no contexto museal. A associação de amigos de museus é tradicionalmente composta por membros da sociedade civil, cujo envolvimento contribui para a ampliação do apoio ao museu, tanto em termos financeiros quanto em termos de participação ativa na gestão e nas atividades culturais.

A criação de uma associação de amigos poderia atuar como um mecanismo importante para a construção de um espaço mais inclusivo e democrático no MPI. Ao engajar diversos segmentos da sociedade, especialmente as comunidades indígenas, essa estrutura permitiria uma maior representatividade e pluralidade na tomada de decisões relacionadas à programação, gestão e preservação das culturas indígenas. Além disso, a associação poderia facilitar o diálogo entre o museu e as comunidades locais, promovendo uma maior aproximação com os povos originários e assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas nas políticas institucionais.

Embora o plano museológico não apresente evidências explícitas de uma gestão participativa (A10), é importante ressaltar que há registros de um diálogo contínuo e da participação ativa de lideranças indígenas. Esse engajamento ocorre por meio de reuniões e debates promovidos pelo MPI, onde as demandas e propostas surgidas nesses encontros são devidamente documentadas. Um exemplo é o evento registrado na conta do Instagram do Museu, ocorrido em 6 de março de 2024, no qual o Primeiro-Ministro da Espanha, Pedro Sánchez, junto com a Presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, a Deputada Federal Célia Xakriabá, foram recebidos por líderes indígenas, conforme ilustrado na figura 8.

Figura 8 - Encontro entre o Primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, a Presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, a Deputada Federal Célia Xakriabá, líderes indígenas e membros dos governos federal e Distrital, 2024.



Fonte: Instagram do MPI. Disponível em:
https://www.instagram.com/memorialdospovosindigenas/p/C4Qj4gyMRsj/?img_index=1. Acesso em:
16 ago. 2024.

Dentre os projetos e ações do Programa Institucional, com o período de execução entre 2022 e 2025, a autora elenca como metas: aprovar o regimento interno, criar uma associação de amigos, articular intercâmbios com outros museus da mesma temática, regularizar o documento legal de criação da instituição, avaliar parcerias, realizar planejamento orçamentário, publicar o plano museológico - bem como sua revisão a cada 3 a 5 anos, transformar a parceria com o Projeto Territórios Culturais em política pública.

A. Programa de Gestão de Pessoas

O Museu conta com uma estrutura de recursos humanos que inclui um cargo comissionado de gerente, atualmente ocupado por David de Oliveira Terena, e dois servidores da SECEC dedicados a funções administrativas, sendo uma técnica em atividades culturais e uma gestora em políticas públicas. No entanto, não há responsáveis pelas ações museológicas.

A instituição também conta com quatro colaboradores vinculados a projetos específicos. Destaca-se uma professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que é responsável pela mediação das escolas no âmbito do Projeto Territórios Culturais. Outros três colaboradores estão alocados no FAC Brasília Multicultural II. Complementando a equipe interna, o Museu dispõe de doze terceirizados, sendo oito vigilantes e quatro profissionais de serviços gerais.

Como anteriormente mencionado, a instituição segue o Regimento Interno da SECEC e, portanto, as atividades técnicas são geridas de acordo com as demandas de cada equipamento cultural, submetidas à Secretaria via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A gestão de pessoas é orientada por normativas da Secretaria, incluindo a Portaria Conjunta SEAP/SECult nº1 de 17 de janeiro de 2014, que define as especialidades e atribuições dos cargos de Analista Técnico de Atividades Culturais do Distrito Federal. Esta portaria foi recentemente alterada pela Portaria Conjunta nº 57, de 22 de dezembro de 2023, que inclui a Museologia às especializações e prevê a realização de concurso público para esse cargo (SEPLAG; SECEC, 2023).

Em relação ao programa de capacitação ou atualização (B1), observou-se a ausência de um programa formal. Todavia, a autora informa sobre cursos especializados em Museologia oferecidos pela Escola Virtual, em parceria do Ibram com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), não sendo obrigatórios aos servidores.

No que tange ao programa de voluntariado (B2), sua inexistência foi constatada durante a elaboração do plano. Em projetos e ações, a consultora sugere a “contratação terceirizada, programas de estágio e voluntariado e força tarefa”, conforme o Parecer SEI-GDF nº 273/2020 - SECEC/GAB/AJL, que analisa a minuta de Adesão ao Serviço Voluntário para o Memorial dos Povos Indígenas.

Quanto ao sistema de acompanhamento e avaliação de desempenho dos colaboradores (B3), o único procedimento identificado está relacionado exclusivamente ao Projeto Territórios Culturais. A mediadora é responsável por enviar relatórios à SECEC, e os professores das escolas devem preencher um formulário de avaliação. No entanto, não foram encontrados mecanismos sistemáticos e contínuos de avaliação de desempenho pela instituição, nem a possibilidade de acesso a esses dados por pesquisadores externos.

O quarto item da matriz de análise, referente ao clima organizacional (B4), é definido na "Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO", produzida por Vania Alves Vianna em 2013 e publicada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que o define como:

(...) percepção coletiva que as pessoas têm da organização e de sua cultura. Nesse caso, a cultura deve ser compreendida como o conjunto de valores, de princípios, de práticas, de comportamentos, de padrões formais e informais que predominam na organização. O clima organizacional afeta diretamente a motivação das equipes de trabalho e, por essa razão, tornou-se um elemento estratégico da gestão organizacional. Ele age como um indicador da imagem organizacional, da satisfação com o trabalho e dos impactos que os processos de mudança causam no ambiente organizacional (Vianna, 2013).

Embora a consultora Ana Castro não utilize explicitamente o conceito de clima organizacional, ela aborda o tema ao listar "ações de qualidade de vida no trabalho" como uma questão central antes de descrever as metas e estratégias no Plano. Contudo, não foram identificados métodos para a avaliação do clima organizacional. As metas para a equipe incluem a definição urgente e de curto prazo do quadro funcional permanente e temporário, estágio estudantil e a criação de uma política para formação e capacitação da equipe. Ana Castro também sugere a elaboração de um organograma para o MPI.

B. Programa de Acervos

Quanto à política de aquisição e descarte (C1), a consultora destaca que há um estudo propositivo elaborado pelo museólogo, especialista em Gestão de Museus e mestre em Patrimônio Eder Ribeiro Oliveira, que sugere a formulação de uma política específica para aquisição e descarte do Museu. A implementação dessa política está prevista para o período de 2022-2025.

No que se refere à acessibilidade da documentação para pesquisadores (C2), observou-se que as informações sobre o acervo não estão disponíveis em um sistema informatizado acessível ao público e que não existe um catálogo impresso. O Museu disponibiliza, no entanto, um livro guia que contém uma introdução, histórico, informações sobre o edifício, o papel do museu, o acervo e um mapa (SECEC, 2019).

Em relação à digitalização do acervo visando sua disponibilização na internet (C3), a consultora relata que a SECEC realizou um estudo propositivo sobre as condições, configurações e estratégias para a construção de um repositório digital, utilizando a plataforma Tainacan. No entanto, não foi possível verificar o andamento atual dessa proposta.

Além disso, conforme mencionado anteriormente no subitem sobre o Programa de Gestão de Pessoas, observa-se uma carência de profissionais especializados na equipe do Museu. Em resposta à demanda identificada por um número maior de colaboradores voltados às atividades relacionadas ao acervo (C4), a consultora sugere a implementação de um projeto específico para o tratamento completo do acervo da "Operação Pindorama", recebido através da ação da Polícia Federal.

C. Programa de Exposições

No plano museológico do MPI, a consultora elenca como ponto forte da instituição o seu acervo representativo sobre a diversidade indígena. Quanto à sua identificação com temas, assuntos e períodos históricos relevantes (D1), observou-se que o Museu dedica atenção especial ao segmento de líderes indígenas, com diligências satisfatórias que serão detalhadas no subitem E. Programa de Pesquisa.

A própria temática da instituição reflete de maneira significativa os conceitos de democratização, diversidade e inclusão (D2). Esses conceitos permeiam grande parte do documento, embora de forma indireta. A análise textual revela uma preocupação particular com

a diversidade étnica indígena. No entanto, no que diz respeito à inclusão na curadoria, a autora aponta deficiências notáveis, como a posição e o tamanho da fonte das legendas, a ausência de legendas em braille e formatos de áudio, e a falta de tradução para outros idiomas. Essas questões serão abordadas com mais detalhes no subitem L. Acessibilidade Universal.

Quanto aos indicadores de desempenho utilizados para avaliar as exposições (D3), foi observado que, para exposições de longa duração, não existem métodos de avaliação sistemáticos por parte do público. Entre as ações propostas para o período de 2022-2025, é relevante a proposta de metodologia de avaliação por parte do público e a centralização das exposições temporárias com temática indígena no MPI. Isso indica uma diretriz geral de alinhamento deste critério com a missão da instituição.

Em relação às necessidades de colaboradores responsáveis pelas ações das exposições (D4), a autora novamente menciona a carência de pesquisa sobre o próprio acervo e a necessidade do trabalho regular de profissionais especializados em Museologia.

D. Programa Educativo e Cultural

A ação educativa do MPI é implementada por meio do Projeto Territórios Culturais, uma parceria entre a SECEC e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Um aspecto notório do projeto é a formação específica e contínua destinada aos professores mediadores envolvidos. Ademais, o projeto integra mediadores oriundos de outras parcerias institucionais.

Durante a elaboração do plano museológico, a instituição contava com dois mediadores vinculados ao Programa Jovem Candango⁷, cuja participação tinha prazo determinado para encerramento. O plano antecipava a necessidade de continuidade das atividades educativas por meio de recursos obtidos no FAC (Edital Brasília Multicultural II), na categoria "Cultura de Todo Jeito". Esse edital previa a realização de um curso de formação e, atualmente, disponibiliza três mediadores para atuar no MPI.

Além da visita guiada, ilustrada na figura 9, a ação educativa pode ser realizada em um espaço físico específico, denominado "Sala dos Saberes", criado por meio de um convênio com a Embaixada do Canadá. Adicionalmente, a implementação dessas atividades conta com

⁷ Programa do Governo do Distrito Federal que visa promover a formação técnico-profissional do aprendiz, por meio de atividades práticas e teóricas, compatíveis com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, incorporando a aprendizagem à Administração Pública, promovendo a convivência e fortalecimento de vínculos e garantindo a promoção da integração dos jovens ao mercado do trabalho.

parcerias que ampliam as possibilidades e o alcance das ações educativas (E1). Sendo assim, há necessidade expressa de mais colaboradores (E4) responsáveis pelas ações educativas.

Figura 9 - Visita guiada por arte-educador participante das ações do programa educativo, em parceria com a ONG Amigos da Vida, 2024.

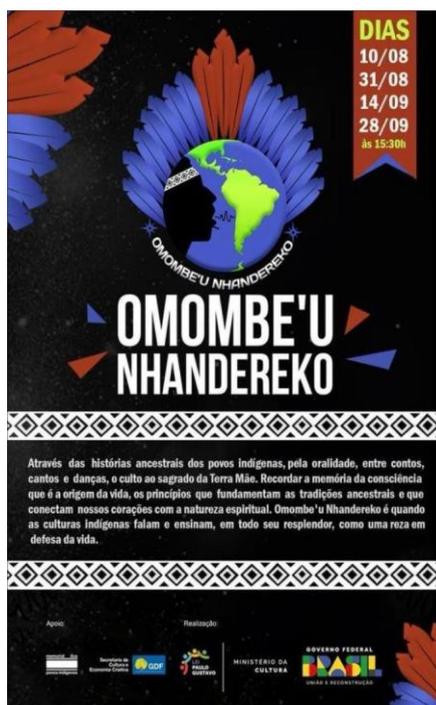


Fonte: Instagram do MPI. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialdos povosindigenas/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

A produção de material de apoio para exposições e atividades (E3) é atualmente limitada à distribuição de um folder com histórico e informações gerais na entrada do MPI, com versão disponível também em inglês. Não foi possível verificar a distribuição do livro guia mencionado anteriormente, sua versão digital está disponível em: https://issuu.com/karinynery/docs/mpi_guia-refilado-20x20cm-gr_fica_64p_a.

Quanto às recomendações dos projetos e ações futuras do Plano, é possível verificar nas divulgações de eventos que a instituição passou a participar da Semana dos Museus e realizar agendas vinculadas com sua temática, exemplos dessas ações estão ilustradas nas figuras 10 e 11.

Figura 10 - Projeto Omombe'u Nhandereko: contação de histórias, contos e mitos indígenas, 2024.



Fonte: Instagram do MPI. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialdospovosindigenas/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Figura 11 - Oficina de imersão em linguagens indígenas promovida pelo MPI como parte da programação da 21ª Olimpíada Internacional de Linguística, 2024.



Fonte: Instagram do MPI. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialdospovosindigenas/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Por fim, é importante destacar que, além do registrado no Plano Museológico do MPI, o Curso de Museologia da UnB, em acordo de cooperação técnica com a SECEC, realizou em outubro de 2023 um estudo sobre o perfil dos públicos do museu, analisando também a percepção de acolhimento e qualidade dos serviços de monitoria. Os dados e as análises resultantes desse estudo serão incluídos em uma publicação que será lançada em breve.

As ações culturais previstas no Plano Museológico incluem a participação em eventos de relevância nacional, como a Semana Nacional dos Museus, bem como a inserção em agendas temáticas, como o "Abril Indígena". Além disso, o plano contempla uma ampla programação de atividades culturais, incluindo oficinas, conferências, rodas de conversa, peças teatrais e outros eventos. Muitos desses eventos são mediados por lideranças indígenas, o que enriquece a diversidade e a autenticidade das iniciativas culturais promovidas pelo Memorial dos Povos Indígenas.

E. Programa de Pesquisa

Na entrada da exposição, os visitantes são convidados a assinar um livro de visitas. A equipe de segurança é treinada para fornecer informações essenciais, como orientações sobre o respeito às faixas de contenção, a localização de sanitários e bebedouros, e para incentivar a assinatura no livro de visitas. Além disso, a contagem de público (F1) é realizada através de um contador manual operado pelos seguranças patrimoniais do museu. Ana Castro informou que os dados de visitação são enviados para a SECEC, que é responsável pelo preenchimento do Formulário de Visitação Anual (FVA), conforme detalhado no subitem A. Programa Institucional.

No que diz respeito à pesquisa de público (F2), posteriormente ao Plano Museológico, foi conduzido um estudo no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre a UnB e a SECEC, intitulado “Educação em Contextos Culturais: Museus e Intersubjetividades”, cujos resultados, conforme anteriormente mencionado, está em processo de editoração.

Entre as necessidades identificadas pela consultora no contexto desse programa, destaca-se a criação de um setor específico de pesquisa, com espaço físico e um programa institucional permanente destinado a tais atividades. O material de pesquisa da instituição, composto por uma diversidade de livros sobre a temática indígena, está localizado no setor administrativo, devidamente catalogado e organizado por áreas de conhecimento.

No que diz respeito ao foco em grupos específicos de público (F3), a instituição, que atrai predominantemente o público escolar, dedica atenção especial a esse segmento. O público-alvo é segmentado em escolares, universitários, moradores locais, turistas nacionais e internacionais. É importante notar que o museu não está situado em uma área mista (residencial/comercial) e não inclui trabalhadores como um grupo-alvo.

Além disso, um destaque importante é a atenção voltada para as lideranças indígenas (F4), que foram consultadas sobre a importância de conhecer a história do Memorial. As respostas revelaram palavras-chave como luta, resistência, autonomia, protagonismo, cultura dos povos indígenas, diversidade étnica, construção da identidade cultural brasileira e étnico-racial. Importa ressaltar que não foi possível identificar no plano museológico iniciativas voltadas para o não-público ou o público potencial (F5).

A consultora também destacou a necessidade de mais colaboradores para conduzir as pesquisas (F6), sugerindo a articulação com instituições de ensino. Em termos de projetos e ações, há propostas para a formação de grupos de estudo e pesquisa, com foco em autores indígenas, e a criação de um periódico científico dedicado a temas relacionados.

F. Programa Arquitetônico-Urbanístico

Quanto à integração com o contexto urbano e a vizinhança (G1), o MPI está localizado em uma importante área administrativa e turística da capital federal, mais precisamente no canteiro central do Eixo Monumental Oeste. O edifício está cercado por amplas avenidas, calçadas e ciclovias, em um ambiente bem arborizado, e faz parte do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto e das obras de Oscar Niemeyer. Essas características contribuem para a visibilidade e atratividade do espaço para atividades de lazer.

No que diz respeito às áreas de convivência e descanso (G2), o MPI conta com um auditório e um pátio interno amplo – registrado na figura 12 -, ambos equipados com assentos. A manutenção predial é gerida de forma sistemática e compartilhada com outros equipamentos culturais da SECEC. As demandas são encaminhadas da gerência para a Secretaria, que adota uma metodologia de manutenção predial preventiva e corretiva, incluindo soluções pontuais. No entanto, existem questões não resolvidas relacionadas a infiltrações, problemas na laje, parte elétrica, acessibilidade e sinalização. Sendo o prédio um bem tombado, é necessário obter a autorização do IPHAN.

Figura 12 - Detalhe do pátio interno do MPI, durante visita escolar guiada arte-educador participante das ações do programa educativo em parceria com a ONG Amigos da Vida, 2024.



Fonte: Instagram do MPI. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialdos povosindigenas/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Sobre os projetos e ações futuras recomendados no plano museológico, a consultora inclui um estudo sobre conforto ambiental (G3), que será realizado através de um questionário aplicado aos visitantes. Além disso, prevê a implementação e capacitação no Plano de Implementação de Ação de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal, conforme o Sistema de Patrimônio Público, sob competência da SEEC, responsável pela supervisão, planejamento, orientação e manutenção do patrimônio imobiliário do DF, conforme a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 43.065/2022, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE.

G. Programa de Segurança

No que diz respeito aos tipos de emergência abordados pelo programa (H1), a ênfase está no sistema de combate a incêndios, que inclui iluminação de emergência, detectores de incêndio, extintores, hidrantes, mangueiras, para-raios, portas contra pânico e sinalização das

saídas de emergência. Conforme apuração da consultora Ana Castro, este sistema está parcialmente em conformidade com o Plano de Prevenção contra Incêndios do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. A consultora também identificou, em seu diagnóstico, situações críticas que representam riscos à integridade do acervo, predominantemente composto por material orgânico. Entre esses riscos estão possíveis curtos-circuitos na rede elétrica, a proximidade de sanitários à reserva técnica e infiltrações no teto. Para mitigar esses riscos, o plano propõe a capacitação do corpo funcional em primeiros socorros e simulações de sinistros, além de recomendar o apoio do Corpo de Bombeiros para a realização de treinamentos. Também está prevista a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, que incluirá a identificação, análise e prevenção de riscos, com período de execução previsto para 2022-2025.

Sobre a sensibilização para a diversidade de públicos em relação às medidas de segurança (H2), o plano recomenda a capacitação do corpo funcional do museu por meio de treinamento específicos em primeiros socorros e simulações de casos de sinistros, em colaboração com o Corpo de Bombeiros. Outrossim, o treinamento dos vigilantes habilita-os a atuar em qualquer espaço governamental do Governo do Distrito Federal, sem que haja, no entanto, uma especificidade voltada para a segurança em museus.

H. Programa de Financiamento e Fomento

A consultora Ana Castro identificou que o Memorial dos Povos Indígenas (MPI) não possui orçamento próprio. Além disso, como mencionado no Programa Institucional, o Memorial carece de um Plano Anual de Atividades, instrumento obrigatório para os museus públicos, sendo essencial para a operacionalização das suas atividades, definição de cronogramas e identificação de recursos envolvidos.

O Memorial também não possui recursos diretamente arrecadados, uma vez que não conta com espaços comerciais, como lojas ou restaurantes, nem adota estratégias de captação de recursos. No entanto, o MPI recebe recursos provenientes de parcerias, como as estabelecidas com o FAC e a Embaixada do Canadá, e há previsões de parcerias com organismos internacionais, como a ONU (I1). A ausência de uma associação de amigos também representa um obstáculo à captação de recursos, especialmente aqueles oriundos de leis de incentivo fiscal. No que tange à política de ingresso, o Memorial adota a gratuidade (I2), oferecendo entrada franca.

As ações propostas pela consultora para este programa incluem a participação do museu em editais públicos de fomento, a criação de uma associação de amigos, a produção de produtos do MPI para comercialização, como lápis, canetas, chaveiros e camisetas, e o desenvolvimento de ferramentas para cobrir despesas emergenciais, conforme os elementos presentes nos projetos e ações.

I. Programa de Comunicação

A comunicação social e as relações públicas da instituição (J1) são gerenciadas pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) da SECEC. Esta assessoria estabelece as diretrizes para a divulgação de projetos e supervisiona as redes sociais dos equipamentos subordinados à Secretaria. O Memorial dos Povos Indígenas não possui um site próprio; as informações sobre sua história, especificações do espaço, acessibilidade e serviços estão disponíveis em uma página eletrônica no site da SECEC.

No que se refere à segmentação do público-alvo nas estratégias de comunicação (J2), a única ação descrita neste programa é o desenvolvimento de um estudo de público do museu. Esse estudo visa identificar as necessidades dos visitantes e os meios de comunicação mais eficazes a serem adotados.

O principal canal de comunicação do MPI com seu público é o Instagram, utilizado de forma predominante para divulgar exposições, eventos e atividades (J3). A página é frequentemente atualizada por um membro da equipe administrativa com informações sobre as iniciativas da instituição.

Entre os projetos e ações propostas para aprimorar a comunicação, destacam-se a integração da comunicação entre servidores e terceirizados, a realização de reuniões periódicas com a SECEC para fortalecer a divulgação das ações, e a produção de material gráfico em três idiomas (português, espanhol e inglês). Também está previsto o suporte ao desenvolvimento do plano de ação e à publicidade. Essas iniciativas visam assegurar que a comunicação interna e externa do museu seja inclusiva e eficiente dentro de suas capacidades operativas (J5). Contudo, não foi possível observar uma divulgação abrangente dos valores, missão e visão da instituição (J4).

J. Programa Socioambiental

Embora o programa seja extremamente promissor e relevante para a temática da instituição, observa-se a ausência de um plano de ação socioambiental formal e de parcerias estabelecidas com associações cooperativas e secretarias do meio ambiente (K1). A abordagem da educação ambiental é realizada de forma transversal, por meio das mediações e das atividades conduzidas por convidados (K2).

Entre os projetos e ações propostas, destacam-se a criação de iniciativas de arborização comunitária (K3) e o desenvolvimento de oficinas, palestras e atividades educativas focadas em turismo sustentável, desenvolvimento sustentável, biodiversidade e sustentabilidade ambiental. Estas ações estão previstas para o período de 2023 a 2025. No entanto, não foi possível identificar ações específicas do museu voltadas para as áreas sociais do entorno.

Figura 13 - Apresentação de representantes Terena, do Mato Grosso do Sul, Semana do Índio, 1999.



Fonte: Séculos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://seculosindigenasnobrasil.wordpress.com/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

L . Programa de Acessibilidade Universal

Embora a "acessibilidade universal" não seja tratada como um programa específico, o conceito está primeiramente estabelecido na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com essa lei, considera-se: "desenho universal (como a) concepção de produtos, ambientes, programas e serviços destinados ao uso de todas as pessoas, sem necessidade de adaptações ou projetos específicos, incluindo recursos de tecnologia assistiva" (Brasil, 2015).

A legislação que orienta a SECEC está expressa na Portaria nº 9, de 20 de janeiro de 2023, que trata da execução da Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública cultural do Distrito Federal. Referente a este tema, a Secretaria disponibiliza duas publicações relevantes: "Acessibilidade Cultural: Guia Prático para Agentes Públicos da SECEC" (2022) e "Acessibilidade Cultural: Guia Prático para Agentes Culturais e para o Público dos Equipamentos Culturais da SECEC" (2022). No segundo guia, o capítulo 4 oferece uma descrição breve das condições de acessibilidade no Memorial dos Povos Indígenas.

Em relação às normas vigentes, incluindo ABNT NBR 9050:2020, ABNT NBR 16537:2016, ABNT NBR 15599:2008, e o estabelecido no Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus e a Lei Orgânica da Cultura (LOC), a instituição segue parcialmente os princípios do "desenho universal" (L1). Observa-se a ausência de mecanismos de acessibilidade digital/ web (L2) na página eletrônica do museu, como leitor de voz, ampliador de fonte, tradutor em braille e ferramenta de legendas em vídeos.

Quanto às instalações do museu (L5), não há um projeto de acessibilidade adequado para o piso tátil, sinalização, iluminação, assentos adaptados, audiodescrição de textos, legendas em braille e padronização das legendas. Além disso, os servidores não possuem treinamento específico para atender pessoas com deficiência (L3).

No que diz respeito ao acesso ao museu (L4), embora exista estacionamento, o número de vagas é reduzido e a rampa de entrada principal apresenta uma inclinação inadequada. Pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes são direcionadas para a entrada pela saída de emergência do museu, o que compromete a experiência de visita, que é iniciada ao contrário. Em termos de transporte público, o museu está situado em uma área central da capital, com várias linhas de ônibus cujas paradas de embarque e desembarque estão a menos de 500 metros de distância.

Os sanitários (L6) foram adaptados para serem acessíveis e o sanitário feminino inclui uma área para fraldário. No entanto, há uma discussão sobre a necessidade de um fraldário com

espaço próprio e sem restrição de gênero, considerando que homens também podem ser responsáveis por crianças que necessitam desse dispositivo.

Antes da conclusão do plano museológico do MPI, no subtítulo "Sistema de Monitoramento Periódico do Plano Museológico", a consultora Ana Castro enfatiza a importância do dinamismo para a execução efetiva do plano. Ela recomenda que a gerência e a equipe desenvolvam ferramentas de registro e monitoramento alinhadas aos projetos e ações estabelecidos em cada programa. Sugere que se estabeleçam parâmetros de gestão museológica e avaliações coletivas e periódicas. Recomenda reuniões mensais com toda a equipe para revisar o progresso das metas e estratégias de ação, e reuniões trimestrais para a prestação de contas e resultados. Adicionalmente, propõe que a periodicidade para a produção de relatórios de resultados e pendências seja semestral e que os registros dessas reuniões de monitoramento sejam incluídos no relatório anual enviado à SECEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do acesso aos museus, para ser efetiva e comprovável, requer a definição de mecanismos e formas de mensuração de resultados. Os múltiplos agentes e variáveis envolvidos demandam do campo museológico métodos investigativos que explicitem as conjunturas de comunicação, contribuindo assim para o desenvolvimento de mecanismos que ampliem o acesso.

Após uma revisão bibliográfica sobre democratização do acesso aos museus, gestão museológica e legislação pertinente, optou-se por focar na Política Nacional de Museus e no plano museológico para refletir como objetos centrais de análise para refletir sobre estratégias de ampliação do acesso cultural. O objetivo principal foi investigar como os princípios de democratização do acesso estão integrados no plano museológico do Memorial dos Povos Indígenas. Para isso, foi conduzida uma análise da democratização do acesso no contexto da Museologia, e examinada a trajetória histórica do MPI, culminando na avaliação do seu plano museológico.

O plano museológico, consiste na contemporaneidade, na ferramenta estratégica fundamental para orientar as ações de médio e longo prazo nas instituições museológicas, apresentando características globais, integradoras, políticas, técnicas e administrativas. Sua execução define, organiza e prioriza objetivos e ações nas diversas áreas de atuação dos museus, sistematizando tanto o trabalho interno quanto a interação do museu com a sociedade. Apresenta aspectos fundamentais para a democratização do acesso aos museus, como o diagnóstico participativo, a identificação de públicos e a universalidade de acesso, são adequadamente contemplados.

No caso do Memorial dos Povos Indígenas, o plano museológico é particularmente rico em elementos que promovem a democratização do acesso aos museus. O plano destaca a diversidade dos povos indígenas, frequentemente abordados de maneira homogênea, e reconhece a contribuição desses povos para a construção da identidade brasileira, especialmente nos âmbitos cultural e étnico-racial.

A matriz de análise aplicada ao plano museológico do MPI fornece uma síntese dos princípios da democratização do acesso aos museus, sendo essencial para assegurar a efetividade dos mecanismos que promovem a democratização do acesso. Segundo a investigação, dos 53 elementos listados na matriz, 24 estão satisfatoriamente contemplados (45,3%), 13 são parcialmente contemplados (24,5%) e 16 não estão contemplados (30,2%).

A análise revelou que o MPI adota uma postura proativa em relação à democratização do acesso, evidenciada por iniciativas de cooperação, como aquelas com o Fundo de Apoio à Cultura, Projeto Territórios Culturais, e o Acordo de Cooperação Técnica com o Curso de Museologia da Universidade de Brasília. Destaca-se também a inserção do MPI na plataforma MuseuBR, a participação ativa das lideranças indígenas, e sua vocação institucional voltada para a interculturalidade, representatividade e interação com a sociedade não indígena.

No entanto, algumas atividades enfrentam desafios significativos. Apesar da existência de materiais de apoio, como cursos oferecidos pela Enap, guias práticos e material orientador do Ibram, a capacitação específica promovida pela SECEC, adaptada às funções dos funcionários, é recomendada. Isso é particularmente relevante dado o déficit de pessoal especializado no MPI, já que tal ação poderia mitigar o acúmulo de funções. Adicionalmente, os trâmites burocráticos relacionados a projetos em elaboração, como o regimento interno, o serviço de voluntariado, a contratação de um museólogo para o cargo de analista técnico de atividades culturais no DF, e os estudos propositivos sobre política de aquisição, descarte e digitalização de acervo, representam desafios que exigem mobilização ampla e enfrentam dificuldades de execução rápida.

Apesar dessas dificuldades, os elementos da matriz de análise estão amplamente incorporados no plano museológico, especialmente nos projetos e ações propostos por Ana Castro. Isso confirma a importância do plano museológico como uma ferramenta fundamental para orientar e instruir as operações diárias dos museus, particularmente na ausência de um/a museólogo/a, considerando que gestores de outras áreas podem enfrentar desafios ao dominar as técnicas e especificidades do campo museológico.

Em setembro de 2024, David Terena, gerente do MPI, informou que a equipe do museu enfrenta desafios significativos devido à limitação de pessoal, o que afeta a capacidade de atender às demandas da instituição de forma eficaz. Ele destacou a ausência de publicações sobre o plano museológico, embora este tenha sido entregue à equipe do museu sem detalhamentos extensivos.

David Terena enfatizou que a implementação do plano é dificultada pela carência de profissionais especializados. Ressaltou a necessidade crítica de um museólogo para gerenciar adequadamente os trâmites específicos da área, especialmente no que diz respeito à gestão do acervo. Este ponto sublinha a importância de contar com expertise especializada para a realização de práticas museológicas adequadas e eficazes.

No ano em que escrevo esse trabalho celebra-se o centenário de nascimento de Berta Ribeiro, cujo trajetória permitiu ao MPI ser um dos poucos museus na década de 1980 a ter

desde sua criação um plano diretor elaborado por uma museóloga. Esta pesquisa revisita os esforços e os atores envolvidos em diferentes níveis que se dedicam a manter vivo o legado da Etnomuseologia promovida por Berta Ribeiro.

REFERÊNCIAS

ASCOM/SECEC – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Secec e Unesco selecionam consultores. **Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal** [online]. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/secec-e-unesco-selecionam-consultores/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16537: **Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15599: **Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2010/2010/Lei/L12343.htm. Acesso em: 16 de ago. 2024

BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904/2009, e da Lei nº 11.906/2009 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm Acesso em: 16 de ago. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab . Acesso em: 16 jul. 2024.

BORGES, Ingrid da Silva. **Roteiro para Elaboração do Plano Museológico: o Museu da Farmácia como Exemplo de Aplicação**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação - Conhecimento e Inclusão Social) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CANCLINI, Néstor García. Políticas Culturais e Crise de Desenvolvimento: um balanço Latino-Americano. *In*: CANCLINI, Néstor García. **Política Cultural**: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para gestão e planejamento de museus**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos; v.3). Disponível em: <https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/acervo-files/legislacao/orientacoes-gestao-planejamento-museus.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CASTRO, Ana Ramos Rodrigues. **PRODUTO 4 – Documento Técnico sobre o Memorial dos Povos Indígenas** – Projeto 914BRZ4020 Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF. Distrito Federal: Secretaria de Cultura e Economia Criativa; UNESCO, 2022.

CENTRO Popular de Cultura (CPC). *In*: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399389/centro-popular-de-cultura-cpc>. Acesso em: 16 ago. 2024. Verbete da Enciclopédia.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *In*: **Estudos Avançados**, v.9 n. 23, p. 71- 84, 1995.

COGAN, Andrea. **Plano Museológico e Estratégias de Sustentabilidade para Museus: Estudo de Caso do Museu Histórico Municipal de Dois Irmãos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Centro Universitário La Salle, Canoas, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em <https://dspace.unilasalle.edu.br/handle/11690/638>. Acesso em: 16 ago. 2024

COSTA, Aline Azevedo. Diálogos entre música e museu: proposta de elaboração de Plano Museológico para um acervo de música. *In*: **Mouseion**, n. 44, 2023. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/10600/4278>. Acesso em: 16 jun. 2024.

COSTA, Paula Nunes. **Museu**: criação e gestão. Espírito Santo: Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/Secult/patri/Escritos%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Museu,%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20e%20Gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; CARVALHO, C. M. B. As interfaces entre turismo, museologia comunitária e economia criativa a partir do projeto Museu Comunitário; Histórias de vida Vila Embratel. *In*: XI SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO - ANPTUR, 2014, Fortaleza -Ceará. Turismo, Inovação e Criatividade, 2014, FORTALEZA. **Anais [...]**. São Paulo: ALEPH, 2014.

DAVIES, Stuart. **Plano Diretor**. São Paulo: Edusp/Fundação Vitae, 2001.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto 32.587, de 13 de dezembro de 2010**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e dá outras providências.

Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=66808. Acesso em: 17 jun. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n° 934, de 7 de dezembro de 2017**. Institui a Lei Orgânica de Cultura dispondo sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal.

Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d1b9c61283954b5e927d535e07e631f0/Lei_Compleme ntar_934_07_12_2017.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria n° 5, de 29 de agosto de 2019**. Institui o Programa Territórios Culturais, a ser gerido de forma compartilhada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/fe21134c-b51c-3b1d-8e43-f68261697256/DODF%20169%2005-09-2019%20INTEGRA.pdf>.

Acesso em: 17 jun. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria conjunta n° 05, de 28 de julho de 2020**. Institui a Rede Integra Cultura, no âmbito do Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b17ef7a72e3f48398a65a9a25e73de8b/Portaria_Conjun ta_5_28_07_2020.html. Acesso em: 16 jun. 2024.

DUTRA, L. F. .; PEREIRA, F. C. M. Estudos de usuários no sistema de informação museal: proposições para a adequação da oferta informacional em museus pela ótica de sujeitos invisibilizados. *In: Em Questão*, Porto Alegre, v. 29, p. 122853, 2022. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/122853>. Acesso em: 10 jun. 2024.

EDUSP – EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Museologia Vol. 1, Roteiros Práticos: Plano Diretor**. Editora da Universidade de São Paulo [online]. Disponível em:

<https://www.edusp.com.br/livros/museologia-vol-1/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

FELIPETTO, Tatiane dos Santos. **O Museu Ferroviário de Santa Maria/RS – Proposta de Plano Museológico**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) -

Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14160>. Acesso em: 16 ago. 2024.

FRANCISCO, J. C. B.; MORIGI, V. J. O olhar do outro: a gestão de museus e a sustentabilidade na museologia. *In: Museologia & Interdisciplinaridade*, n. 2, v. 3, 2013.

Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v2i3.15780>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GUIMARÃES, Maíra Oliveira. **Museus possíveis: histórias do Museu de Arte de Brasília**. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

GREZELE, Mariana Gonzaga. **Plano museológico na perspectiva mercadológica: um estudo de caso no Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) -

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11316>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**, Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Resolução Normativa Ibram nº 2, de 23 de julho de 2021**. Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração dos Planos Museológicos pelos museus administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Resolucao-Normativa-n2-de-23-de-julho-de-2021-BSE.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011a. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, v. 1, 2011b. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**. Brasília: Ibram, 2016.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Instrução Normativa nº 3, de 25 de maio de 2018**. Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração dos Planos Museológicos pelos museus administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus- Ibram. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Instrucao-Normativa-n3-de-25-de-maio-de-2018-revogada.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Ibram - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018b. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006**. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_de_11_07.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. In: Chagas, M. (org.). In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.31. Rio de Janeiro: IPHAN, p.184-205, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

LIMA, PAULO JOSÉ NASCIMENTO. **Plano museológico**: questões e proposições a partir do estudo de Pcaso do Museu Lasar Segall. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação Interumanidade em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-09022015-111246/pt-br.php> . Acesso em 16 ago. 2024.

METTENHEIM, Sofia Leonor von. **É de tal? para democratizar o fomento à cultura:** possibilidades e desafios a partir dos editais municipais das capitais brasileiras (2013-2018). 2023. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37693>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MinC - MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Política Nacional de Museus:** memória e cidadania. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

MinC - MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Política Nacional de Museus** / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 14 de jun. 2024

MinC - MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **1º Fórum Nacional de Museus - A imaginação museal: os caminhos da democracia.** MinC/IPHAN/DEMU, relatório, Salvador – BA: 2004.

MinC - MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Texto-base da II Conferência Nacional de Cultura.** Brasília: 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cultura_II/texto_base_2_conferencia_cultura.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

MIRANDA, Rose Moreira de. **Histórico do Plano Museológico no Brasil**, 2023. Notas de aula.

OLIVEIRA, Águeda Macias. **Criação e gestão de museus no Distrito Federal:** análise dos museus da coordenação de museus e patrimônio da Secretaria de Cultura (1958-1999). 2016. Monografia (Graduação em Museologia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17672/1/2016_AguedaMaciasDeOliveira_tcc.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

OLLAIK, Leila Giandoni. **A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso:** estudo comparativo de três instrumentos governamentais. 2012 . Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/11421>. Acesso em: 14 ago. 2024.

RIBEIRO, Berta G. **Museu do Índio de Brasília:** Plano Diretor. 1986. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/museu-do-indio-de-brasilia-plano-diretor>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ROCHA, Clara Monteiro França Nunes da. **A instabilidade do direito à cultura na efetivação de políticas públicas:** uma análise do Plano Nacional de Cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SALADINO, Alejandra. Usos e funções do plano museológico algumas notas sobre a diversidade museal carioca. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 50, p. 184-200, 2019.

SECEC - SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Acessibilidade cultural**: guia prático para agentes culturais e para o público dos equipamentos culturais da SECEC/DF, Brasília – DF: 2022. Disponível em: <http://bnbdigital.cultura.df.gov.br/secretaria-de-cultura-e-economia-criativa/acessibilidade-cultural-guia-pratico-para-agentes-culturais-e-para-o-publico-dos-equipamentos-culturais-da-secec-df/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SECEC - SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Acessibilidade cultural**: guia prático para agentes públicos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, Brasília – DF: 2002. Disponível em: <http://bnbdigital.cultura.df.gov.br/secretaria-de-cultura-e-economia-criativa/acessibilidade-cultural-guia-pratico-para-agentes-publicos-da-secretaria-de-estado-de-cultura-e-economia-criativa-do-distrito-federal/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Memorial dos Povos Indígenas**. Brasília: SECEC, 2019. Disponível em: https://issuu.com/karinynery/docs/mpi_guia-refilado-20x20cm-gr_fica_64p_a. Acesso em: 18 ago. 2024.

SEEC – SECRETARIA DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL. **Manual para Elaboração de Regimento Interno**. Brasília: Secretaria de Economia do Distrito Federal, 2021. Disponível em: https://www.sefaz.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/SECRETARIA_manual-para-elaboracao-de-regimento-interno_A4_v2.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

SEPLAG - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO; SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria Conjunta nº 57, de 22 de dezembro de 2023**. Altera os Anexos I e II da Portaria Conjunta SEAP/SECULT nº 01, de 17 de janeiro de 2014. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=0f8c7e05-b3b0-342a-ab61-532bffd67f8b. Acesso em: 16 ago. 2024.

SHEPARD, G. H.; GARCÉS, C. L. L.; ROBERT, P. de; CHAVES, C. E. Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil. *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v.12, n.3, 765–787, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000300006>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOARES, Amanda Costa. **Por uma museologia rizomática**: trajetórias e desafios do sistema de museus do Distrito Federal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília. Quem Somos [online]. **Companhia Imobiliária de Brasília**, Brasília, 5 set. 2013. Disponível em: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/conheca-a-terracap>. Acesso em: 9 ago. 2024.

TURENKO, Aleksei S. **Política Cultural e democracia participativa**: a experiência da elaboração do Plano Nacional de Cultura. 2017. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26275>. Acesso em: 16 ago. 2024.

VIANNA, Vania Alves. **Gestão de pessoas**. Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO. Brasília: ENAP/DDG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/2263/1/1.%20Apostila%20-%20M%C3%B3dulo%205%20-%20Gest%C3%A3o%20Pessoas.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VILHENA, Cláudia Maria Alves. **Plano Museológico**: um marco na gestão de museus à luz da gestão da informação e do conhecimento. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ARKJKZ/1/vers_ofinaldisserta__o_cl_udia_vilhena_rev_com_altera__esmodificadoata.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

ANEXO A – Reprodução da mensagem eletrônica da SECEC sobre o envio do Plano Museológico do MPI.

De: SECEC/Assessoria de Acervo <acervo@cultura.df.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 12 de abril de 2024 11:44

Para: Rose Moreira de Miranda

Assunto: Resposta Solicitação Acesso aos Planos Museológicos

Prezada Rose,

Encaminhamos os Planos Museológicos dos seguintes Museus: Memorial dos Povos Indígenas, Espaço Oscar Niemeyer, e Catetinho. Os demais planos museológicos segem em outros E-mails.

Não conseguimos elaborar os Planos Museológicos do Museu da República e do Museu de Arte de Brasília.

O Museu de Planaltina não é de responsabilidade administrativa da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, apenas fornecemos o apoio técnico na elaboração do **Plano** Museológico.

Esperando que as informações tenham sido satisfatórias e em caso de dúvidas disponibilizo o email institucional:

ines.souza@cultura.df.gov.br

Atenciosamente

Maria Inês Alves de Souza

Chefe da Assessoria de Acervos